



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA

DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA

DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025

N.º 3/2025 - Quadriénio 2025/2029

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho:

HORA: Sessão agendada para as 20 horas de 22 de dezembro de 2025:

MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PPD/PSD

Presidente da Assembleia Municipal: Adriana Helena Silva Rodrigues;

1.º Secretário: António Fernando de Pina Marques;

PS

2.ª Secretária: Joana Filipa Correia de Almeida.

GM - GRUPO MUNICIPAL DO PSD (PPD/PSD)

- Ana Rita Fernandes Martins;
- Carlos Nuno de Oliveira Pinho;
- Sandra Filipa Soares de Pinho, em suplência de Célia Maria dos Santos Tavares;
- André Albano Caravela Machado;
- Maria Paula Barbosa Leite de Pinho;
- Vítor Manuel Marques de Pinho;
- Ana Letícia de Pinho Correia;
- J.F. Arões - Sílvia Daniela Costa Domingos;
- J.F. Cepelos - Fernanda Maria Tavares Gonçalves;
- J.F. Junqueira - Baltasar Almeida Lages;
- J.F. Rôge - Constantino Martins Pinho.

GM - GRUPO MUNICIPAL DO CDS (CDS/PP)

- José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva;

2025.12.22

- José António Abrantes Soares de Almeida;
 - Rita Alexandra Alves Casal;
 - Simão Pedro Nogueira da Silva Dias;
 - João Carlos da Silva Pinho;
 - Adélia Maria Araújo Boucinha;
 - Jorge Manuel Santos Silva;
 - Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro, em suplência de Sónia Isabel Vide de Almeida Rodrigues Sá;
 - J.F. São Pedro de Castelões - Carlos Alberto de Pinho Tavares;
 - J.F. U.Freg. Vila Chã, Codal e VCP - Cristina Maria Vasconcelos Quintas.
- GM - GRUPO MUNICIPAL DO PS**
- Albino Luís Soares de Almeida;
 - J.F. Vítor de Sousa Tavares.

GM - GRUPO MUNICIPAL DO CHEGA

- Maria José Gomes de Aguiar;
- Armando de Oliveira Martins de Pina.

Esteve presente em representação da Câmara Municipal, conforme a alínea r) do artigo 35.º, Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o Presidente da Câmara Municipal, André Agostinho Martins da Silva, acompanhado pelos vereadores, Sérgio Miguel dos Santos Soares, Nelson da Silva Martins, José Miguel de Vasconcelos Aguiar Soares, Mafalda Sofia Soares Ferreira e Vítor Manuel Ribeiro Tavares.

Pelas 20 horas e sete minutos, verificando-se a existência de quórum, dada a presença de 27 membros, a senhora Presidente da Assembleia Municipal e Presidente da Mesa, Adriana Helena Silva Rodrigues, declarou aberta a sessão.

Comunicou que, na impossibilidade de estar presente a deputada Municipal Célia Maria dos Santos Tavares, foram convocados os candidatos seguintes da Lista



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

2025.12.22

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PPD/PSD, tendo, em segunda convocatória, sido preenchida a vaga pela cidadã Sandra Filipa Soares de Pinho, já empossada. -----

Da mesma forma, e ao abrigo do artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na sua última versão, na impossibilidade de estar presente a deputada Municipal Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá, foi convocada a candidata seguinte da Lista do CDS/PP, Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro, e, estando esta presente, foi verificada a identidade, lido o Auto de Tomada de Posse, que, assinou juntamente com a Sr.ª Presidente da Mesa e 1.º Secretário, podendo, a partir deste momento, participar nos trabalhos da sessão. -----

A Sr.ª Presidente da Mesa, com 28 membros em pleno desempenho de funções, deu início à análise e discussão dos assuntos que constam da Ordem de Trabalhos que se transcreve: -----

ORDEM DE TRABALHOS DA SESSÃO ORDINÁRIA

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- a) Informações diversas, nos termos do disposto no artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal; -----
- b) Período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia. -----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

1. Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; -----

2025.12.22

2. Proposta para a melhoria e reforço urgente dos serviços de saúde no concelho de Vale de Cambra, com vista à criação de um Serviço de Urgência Básico (SUB) – apresentada pelo Grupo Municipal do PS;-----

3. Derrama;-----

4. Taxa Municipal de Direitos de Passagem/2026;-----

5. IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis;-----

6. Fixação da taxa de participação do Município no IRS;-----

7. Grandes Opções do Plano e Orçamento 2026:-----

8. Mapa de Pessoal 2026;-----

9.Regulamento Municipal de atribuição de resposta habitacional ao abrigo do Programa 1.º Direito, do Município de Vale de Cambra;-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual;-----

- APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO: Aprovação do texto e respetivas minutas.

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

a)) INFORMAÇÕES DIVERSAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 19.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

A Sr.ª **Presidente da Mesa** deu nota dos eventos onde representou a Assembleia Municipal ou foi substituída por membros desta Assembleia Municipal, agradecendo a todas as entidades pelo respetivo acolhimento:-----

- No aniversário dos 114 anos da Sociedade Artística Banda de Vale de Cambra; no V Congresso Nacional das Assembleias Municipais que decorreu em Lamego no dia 6/12, onde estiveram presentes, ela própria, o 1.º Secretário, António Fernando de Pina Marques e a 2.ª Secretária, Joana Filipa Correia de Almeida, tendo neste sido eleita vogal da mesa do congresso; no Magusto do Rancho Folclórico a Primavera de



2025.12.22

Vila Cova de Perrinho; na Feira da Castanha em S. Pedro de Castelões; no Centro de Conferências na Universidade do Porto; no aniversário do Grupo Etnográfico Terras de Cambra; no aniversário dos 50 anos do Agrupamento 508 Escuteiros de Arões; nos 25 anos da Casa do Futebol Clube do Porto; no espetáculo promovido pela ADRIMAG, pela equipa Caminhos para a coesão; no espetáculo Desbravar no Centro Cultural de Macieira de Cambra; no jantar de Natal de irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra; no caldo de Natal solidário da Associação Valecambrense de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente; no Jantar de Natal da APDC; no 25º aniversário do Centro Social e Paroquial de São João Batista de Cepelos; na festa de Natal da Casa do Professor - Universidade Sénior; no jantar de Natal dos Serviços Sociais do Pessoal da Câmara Municipal; nas comemorações do 30º aniversário do Sport Clube Cambra; no almoço de Natal do Centro Social e Paroquial de Arões; no jantar de Natal do Grupo Desportivo e Cultural Estrelas Vermelhas; no jantar de Natal da Associação Humanitária dos Bombeiros de Vale de Cambra. -----

Por último, agradeceu, em nome da Assembleia Municipal, por todos os postais de Natal recebidos, tanto digitalmente como em papel. -----

b) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.

Dando início ao período de intervenções, deu a palavra aos deputados municipais, conforme as inscrições:-----

- **Jorge Silva** cumprimentou todos os presentes e quantos se encontravam a assistir à sessão online.-----

Começou por agradecer aos Valecambrenses por terem ido às urnas e terem participado na escolha do futuro de Vale de Cambra, deixando o seu manifesto aos partidos que, por isso, teriam de cumprir este mandato. Agradeceu aos jovens que compunham as listas partidárias e que durante a campanha, constataram a realidade

2025.12.22



de Vale de Cambra e aos quais deixa a mensagem de como pode ser difícil concretizar as promessas, sendo bom ponderar antes de prometer.-----

Apesar de todos serem empossados para defender os interesses dos Valecambrenses, muitos não pensam assim. Frisou terem sido eleitos, pela primeira vez por quatro forças políticas e que, também pela primeira vez, tem na sua composição, duas deputadas da nação, facto que tanto os honra, por ser mais uma voz junto do poder central, no sentido da concretização de ajudas que Vale de Cambra tanto precisa. -----

Terminando, disse ter tido conhecimento do grave acidente ocorrido na Avenida Eng.º Ilídio Pinho, frente ao Centro Coordenador de Transportes, sugerindo ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, a colocação de passadeira sobrelevada e melhor iluminação nesta avenida que tem duas vias em cada sentido, tanto para a segurança dos peões, como dos automobilistas, porque nesta, alguns condutores atingem velocidades excessivas.-----

Desejou as Boas Festas, um Feliz Natal, com muita paz neste mundo cujos interesses de alguns se sobrepõem ao interesse comum.-----

- **Carlos Pinho** cumprimentou todos os presentes e quantos se encontravam a assistir à sessão online.-----

Abordou a questão da segurança rodoviária e dos peões e, tendo tido conhecimento da existência de um processo em Tribunal, resultado de um atropelamento, disse que o acidente agora ocorrido, vem avivar preocupações com este problema da falta de segurança nas vias do concelho, zonas e passadeiras mal iluminadas, fator que terá mais impacto na ocorrência de acidentes sobretudo em zonas e períodos de menor visibilidade, em zonas com maior tráfego, havendo soluções simples e financeiramente suportáveis, através da iluminação conectada a sensores de presença ou movimento que acendem e reduzem os riscos de atropelamento. -----



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

2025.12.22

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Neste seguimento, e, como se iria discutir o Plano de Atividades e Orçamento na presente sessão, colocou as seguintes perguntas, no âmbito da Mobilidade e Trânsito, pelouros atribuídos ao vereador Nelson Martins:-----

“- Que diagnóstico é que existe sobre as passadeiras com maior risco no nosso concelho, nomeadamente as que estão mal iluminadas e qual o mapa de prioridades para tratarmos deste tema?”-----

“- Que medidas concretas pretende o Executivo implementar, já em 2026, para reforço da segurança nas passadeiras?”-----

“- Que verba está prevista no Orçamento, específica para este tipo de intervenção e em caso afirmativo, qual é o montante e quais os locais que poderão estar abrangidos? “

Sobre as passadeiras, afirmou terem de ser locais de travessia segura e que a resposta do Município deve ser preventiva, consistente e mensurável por ser um tema de segurança pública e elementar. -----

- **Vítor Tavares (JF-MC)** cumprimentou todos os presentes e quantos se encontravam a assistir à sessão online.-----

Começou por agradecer a confiança em si depositada para representar as Juntas de Freguesia do concelho no Congresso da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, afirmando terem sido abordados temas, como, os financiamentos, uma realidade debatida por quase todos os concelhos e as Freguesias do país, entre outros temas, manifestando a sua disponibilidade para com os colegas das Juntas de freguesia, para eventuais esclarecimentos, sendo de opinião que “todos juntos somos mais fortes”.-----

- **A Sr.ª Presidente da Mesa** agradeceu a disponibilidade mostrada pelo deputado municipal, no âmbito do Congresso que teve lugar em Viana do Castelo, onde também esteve presente, agradecendo a solidariedade para partilhar este conhecimento com

2025.12.22

os restantes Presidentes de Junta bem como os deputados municipais que eventualmente queiram saber mais sobre o tema. -----

- **Armando Pina** cumprimentou todos os presentes e quantos se encontravam a assistir à sessão online. -----

Pediu esclarecimentos sobre quais os compromissos, quais os investimentos, quais as obras e decisões advindas da presença em Vale de Cambra, no dia 11 de dezembro de 2025, do Sr. Ministro da Defesa, bem como da presença do Sr. Ministro das Infraestruturas, Miguel Pinto Luz. -----

No âmbito da mobilidade, área em que esta Câmara Municipal se empenhou, afirmou que antes da campanha, durante e mesmo agora, continua a receber queixas de munícipes onde existem algumas dificuldades para a locomoção pedonal, cadeiras de rodas e carrinhos de bebé, perguntando se Câmara Municipal já realizou algum levantamento sobre os locais onde habitualmente ocorriam acidentes, locais onde existe o perigo de derrocada e se sim o que se pensa fazer para as evitar. -----

Abordou o tema da limpeza das redes de águas pluviais porque, regos, regueiras, ribeiros e ribeiras permanecem sem a limpeza e manutenção adequadas, que resultam na acumulação de águas, registando-se esse problema desde Função às Dairas, desde Arões ao Barbeito, passando por Vila Chã, onde todos presenciam as águas a entrar nos seus quintais e, em casos mais dramáticos, dentro das suas próprias casas, perguntando o que vai ser feito pela Câmara Municipal em relação a este problema. -----

Alertou para uma ocorrência, na rotunda situada na Av. Vale do Caima, no cruzamento com a via que vem das instalações desportivas municipais, de uma saída ou uma descarga de água que vem da parte debaixo da estrada e tem seguimento para o rio, apresenta um mau cheiro, podendo ter a ver com esgotos, fossas ou químicos,



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

2025.12.22

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

causando incómodo à população, além de levantar sérias preocupações ambientais e de saúde pública. -----

Face ao encontro ocorrido entre o Sr. Presidente da Câmara Municipal e a AECA - Associação Empresarial de Cambra e Arouca, e face às afirmações então feitas, pretende saber quando vão ser aumentadas as zonas Industriais. -----

Sobre a Formação profissional, perguntou, face ao referido durante a campanha, o que é que concretamente está a ser feito neste momento. -----

- **Maria José Aguiar** cumprimentou todos os presentes e quantos se encontravam a assistir à sessão online. -----

Referiu-se à mudança do panorama político em Vale de Cambra que traduz a vontade dos Valecambrenses em não quererem a continuidade absoluta da governação do CDS, tendo a maioria votado em projetos alternativos, como o do seu partido, sendo um sinal de uma rotura com os 12 anos de estagnação política, anos em que se tomaram decisões sem legitimidade política, por um executivo que, em fim de ciclo, se devia ter limitado a gerir o essencial, não condicionando o futuro do concelho. -----

Deixa ainda uma nota sobre a intenção, para já, descartada, disse, de impor limites temporais às intervenções dos partidos, talvez na tentativa de os fazer calar, querendo sobre isso dizer que, ao Chega lhe bastariam cinco minutos, pois nestes, fariam mais por Vale de Cambra do que a bancada do CDS fez em 12 anos de governação, que caracteriza de sem visão, sem ambição e sem resultados estruturais.

Frisando não se sentir nem condicionado, nem silenciado, em nome do Grupo Municipal do Chega apresenta uma Moção que espera venha a ser subscrita por mais deputados municipais por ser um assunto que a muitos interessa. -----

De seguida entregou à Mesa o referido documento, que passou a ler e se transcreve:

“No processo de revisão do Plano Diretor Municipal, a maioria CDS decidiu virar costas à vontade popular. -----

2025.12.22

Mais de 600 Valecambrenses subscreveram abaixo assinados claros, exigindo que a zona industrial de Codal não fosse expandida para a área envolvente do Jardim de Infância de Codal. Essa posição foi ignorada, não por necessidade técnica comprovada, não por imperativo estratégico incontornável, mas por opção política. Uma opção que despreza a voz das famílias, ignora a segurança das crianças e desvaloriza o ordenamento equilibrado do território. -----

Perante isto, a Moção que hoje apresentamos propõe dois pontos muito claros:

1.º Que a Assembleia Municipal delibere recomendar à Câmara Municipal a abertura imediata de um processo de revisão do PDM, retirando àquela área, a classificação de zona industrial e, requalificando-a como área urbana de habitação, como nunca deveria ter deixado de ser. -----

2.º Que a Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal que todos os pedidos de licenciamento, processos de obras ou intenções de instalação de unidades industriais, nessa mancha, sejam suspensos ou automaticamente indeferidos até à conclusão e aprovação desta revisão do PDM.-----

Esta moção não é ideológica, é territorial.-----

Não é contra o desenvolvimento económico. -----

É contra decisões cegas tomadas contra pessoas e contra o bom senso. -----

Vale de Cambra não precisa de crescer à custa das suas crianças. Precisa de crescer com critério, com planeamento e com respeito pela vontade popular.” -----

A Sr.ª Presidente da Mesa referiu que a Mesa decidiu colocar à apreciação do plenário, a decisão sobre a aceitação da Moção entregue, propondo, assim que fosse entregue a cada GM., fotocópia do documento, uma breve suspensão dos trabalhos, que teve a concordância do plenário. -----

Entretanto deu continuidade às intervenções:-----

- **João Carlos Pinho** cumprimentou todos os presentes e quantos se encontravam a assistir à sessão online. -----

Disse não ser contra à gravação e transmissão da presente sessão, mas que devia estar, a questão, prevista no Regimento, podendo ser desconfortável para algum dos presentes, levando, no futuro, algum dos presentes a impugnar este órgão por esta razão. -----

Nesse âmbito, disse ter sido feita, na passada sessão, uma intervenção no Período de intervenção do Público, cujo tema, que visava uma criança, alertando para o facto de



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

2025.12.22

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que tudo o que vai para a Internet, ali fica, temendo que no futuro, essa menção seja uma marca sobre essa criança, sobre esse adulto.-----

Sobre a Moção, tem conhecimento de que esta revisão esteve a ser elaborada durante alguns anos até à sua recente aprovação, e que, pela demora, teve impacto no desenvolvimento de diversas iniciativas, tanto de carácter empresarial como particular, considerando que, avançar novamente para uma outra revisão do documento, parando todo o processo, não seja possível em termos legais. Alterações, correção pontual e verificações, talvez, mas deixa o alerta sobre o que seria reiniciar um processo bastante complexo e que implica uma interação com um conjunto de entidades que tutelam estes processos.-----

Disse não ter feito parte dos últimos mandatos da Assembleia Municipal, mas sempre que pode assistir às sessões do anterior mandato, online, nunca viu o Sr. Presidente da Mesa, Sr. Dr. Miguel Paiva, antecessor à atual Presidente, a impedir ou limitar intervenções, fosse de que partido fosse, mesmo as mais extensas, pelo que, quanto a isso, aguardava a revisão do regimento.-----

A Presidente da Mesa, respondendo de imediato à intervenção do deputado municipal João Carlos Pinho, frisou que, efetivamente, não há nenhuma restrição de tempo, estando ainda a ser usado o Regimento que vigorava no anterior mandato, onde são estipulados, para uma primeira intervenção, 10 minutos e 5 minutos, caso necessário, para uma segunda intervenção. O uso do cronómetro serve apenas para consulta de cada deputado municipal, não havendo qualquer intenção de quebrar a linha do pensamento ou interromper qualquer intervenção.

Sobre a transmissão online, apesar de se realizar dando continuidade à anterior prática, a sua preocupação, logo na primeira sessão da Assembleia Municipal, foi de propor a elaboração de um Regimento para o efeito, dada a importância de proteger algumas pessoas mais frágeis, cuja vida privada não deva ser colocada em praça

2025.12.22

pública, esperando que, a partir do próximo ano se aprove o referido Regulamento que, então, dará resposta a todas estas questões, questionando, doravante, individualmente ou de uma forma geral, para que se mantenha ou pare a gravação, aquando da respetiva intervenção, seja deputado Municipal ou Múncipe, apesar deste último preencher ficha com a permissão referida.-----

De seguida deu continuidade às intervenções:-----

- **Armando Pina**, em relação ao PDM, disse que poderia ser objeto de revisão, de retificação, de alteração, mas que as alterações eram tantas, melhor seria fazer já uma revisão para que os codalenses não continuem a questionar a possibilidade da construção de uma zona industrial encostada a uma escola, a questionar a diminuição da capacidade de construção em Arões, em Junqueira, em Rôge e onde iria ser implantado o Ecocentro, acrescentando ter sido uma promessa eleitoral, não só do Chega, mas também do PPD-PSD, partido que tem três elementos na Câmara Municipal, questionando a razão de não se fazer uma revisão ao PDM. Afirmou que o seu objetivo não é atrasar nem parar os processos, mas apenas colocar Vale de Cambra no sítio onde tem que estar. -----

- **João Carlos Pinho** pediu a palavra somente para contrapor, face à intervenção do deputado municipal do Chega, dizendo que o candidato do Chega à Câmara Municipal de Vale de Cambra, o Sr. Manuel Correia de Campos, em sessão da Assembleia Municipal da qual fazia parte, votou favoravelmente o PDM, não tendo apresentado qualquer Declaração de voto, conforme a deliberação que consta em ata, a qual não regista votos contra, e, apesar de não ser contra a uma revisão, considera-a neste momento, extemporânea, por ser muito recente a entrada em vigor do documento, devendo dar-se tempo para primeiro se proceder à sua implementação. -----

- **José Soares** cumprimentou todos os presentes e quantos se encontravam a assistir à sessão online. -----



**MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA**
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2025.12.22

Pretende confirmar que o PDM foi aprovado sem qualquer voto contra, como referiu o seu colega do Grupo Municipal, sendo este, um instrumento de ordenamento territorial que é estrutural e não conjuntural, sendo evidente a existência de uma solidariedade entre mandatos, e, havendo uma só Câmara Municipal, independentemente do fim de um mandato e o começo de outro, o documento mantém-se, pois levou muito tempo a ser realizado, também esteve em discussão durante muito tempo, as pessoas tiveram oportunidade de dar o seu contributo, como fizeram os habitantes de Codal, não podendo ser alterado a cada alteração dos órgãos, Assembleia Municipal ou Câmara Municipal.

Deixou também a nota de que Codal, um dos territórios das freguesias que dizem ter sido mais afetado com o Plano Diretor Municipal, foi onde o eleitorado deu a maioria ao CDS, o partido que estava no Executivo.

- **Armando Pina** confirmou ser verdade que o Sr. Manuel Campos votou favoravelmente aprovação do novo PDM, mas o fez em representação do seu interesse legítimo pelo concelho, para que as pessoas da sua freguesia pudessem construir, o que não podiam fazer enquanto o PDM não fosse aprovado mesmo sendo contra à instalação de uma fábrica ao lado de uma escola, sendo essa alteração, a razão de ser desta Moção, que, a ser aprovada, abre a possibilidade de se alterarem outras coisas que estão mal, mas o pretendido não implica que o PDM deixe de ser válido. Pretendem que se inicie uma nova revisão do PDM, deixando o passado, no passado.-----

A Sr.ª Presidente da Mesa, estando distribuída a proposta, questionou o plenário sobre a leitura da Moção, tendo, por consenso, feito uma pequena suspensão da sessão durante cinco minutos para que os Grupos Municipais pudessem analisar a Moção.-----

2025.12.22

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal deu por finda a pausa, retomando os trabalhos da sessão.-----

De seguida e a pedido desta, deu a palavra à deputada municipal Maria José Aguiar, que, face às intervenções, pretendia que no primeiro ponto da Moção, onde se menciona a revisão do PDM, se passasse a mencionar, um processo de suspensão do PDM, ou seja, que o PDM fique suspenso no que diz respeito a este ponto específico, por ser de importância e relevância merecedora de revisão e correção; no segundo ponto, quando se refere “revisão”, ficaria “alteração”.-----

Terminou dizendo que aceita sugestões da parte dos restantes Grupos Municipais, uma vez que o assunto merecia uma reflexão e ação de todos.-----

A Sr.ª Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados municipais, para intervenções no âmbito do assunto:-----

- **José Soares** diz que o GM do CDS por si liderado, se declara contra a admissibilidade da moção, cujo conteúdo deve ser analisado e discutido por todos os membros, não só pelo GM do Chega, não sendo neste curto espaço de tempo possível analisar ou discernir sobre a matéria em apreço.-----

- **Carlos Nuno Pinho**, concordando com a existência de lacunas e pontos a serem melhorados no PDM em vigor, diz que o GM do PPD votará contra a admissibilidade da Moção, sugerindo ao GM do Chega, um levantamento pormenorizado com vista a uma apresentação de uma proposta mais concreta, não se limitando a situações pontuais, mas situações que reconheçam onde claramente existem necessidades de ajustes que as populações reconhecem e que as façam chegar com alguma antecedência, disponibilizando-se, o seu Grupo, a fazer uma análise cuidada da proposta, pelas diferentes perspetivas.-----

A Sr.ª Presidente da Mesa, tendo em conta a manifestação feita, de votar contra, quanto à admissibilidade da Moção, pelos líderes dos GM do CDS e PPD, e, tendo ainda

**MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA**

2025.12.22

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em conta a sugestão dada, de agendamento do assunto numa próxima sessão, pela relevância do seu conteúdo, declarou ser entendimento da Mesa, não votar a admissibilidade da Proposta e sugerir que o assunto, devidamente preparado seja apresentado como um ponto da Ordem do Dia, numa futura sessão, decisão que obteve a concordância dos proponentes, quando diretamente questionados.-----

Tendo terminado o período da intervenção dos Srs. e das Sras. Deputadas Municipais, a Sr.ª Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os esclarecimentos possíveis.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, André Silva, cumprimentou a Mesa, os Senhores Vereadores, os Deputados Municipais, público aqui presente e público que assiste online e todos os Valecambrenses.-----

Sobre a segurança rodoviária, relembro em particular, o sinistro ocorrido na Avenida Eng.º Comendador Ilídio Pinho, onde ocorreu imediatamente e onde já estava o Sr. Comandante dos Bombeiros, também Comandante Municipal da Proteção Civil, disse que em conversa com este, foi de imediato marcada uma reunião para o dia seguinte, com o intuito de fazer uma avaliação do que seriam as necessidades do concelho, no que respeita à segurança nas vias rodoviárias; pediu ainda a colocação de lombas, não só nesta rua, mas noutras cujas necessidades ainda se encontram em avaliação. Sobre a iluminação, disse ter pedido informação para os melhoramentos a realizar, tais como a pintura de passadeiras com tinta luminescente, sinalização vertical, para, preferencialmente no primeiro semestre de 2026, se colocarem em prática algumas medidas para a prevenção e melhoria da segurança rodoviária em todo o concelho.

Relativamente à reunião tida como o Sr. Ministro da Defesa, informou que esta visou avaliar as possibilidades de investimento das empresas de Vale de Cambra, tendo ficado pré-acordado que, no primeiro semestre de 2026, se realize uma ação de

2025.12.22

esclarecimento junto dos empresários, para avaliação das possibilidades de investimento em diferentes áreas.-----

Da fuga de água na zona das Dairas, junto ao Parque das Carvalhas, disse ainda não ter tido conhecimento, mas conhece o canal, pelo que, irá pedir informações aos serviços sobre o exposto, bem como, informação sobre as habitações onde, por norma, entra água, quando existem condições climatéricas anormais e, sendo algumas destas, situações pontuais, informou que existe uma equipa de socorro, altamente profissional, que dá resposta em 24 horas, àquilo que são as necessidades e os problemas dos Valecambrenses.-----

Quanto ao aumento das zonas industriais, disse ter assumido, conforme intervenção feita no jantar da AECA, tal como já tinha assumido o partido em campanha, que um dos seus principais objetivos e, havendo essa possibilidade, era construir uma zona industrial a norte de Codal, estando também focados, no imediato e já no ano de 2026, em começar a preparar as infraestruturas para a zona industrial da Algeriz.-----

Sobre a formação profissional, disse ter estado presente, por duas vezes, em reuniões com a FORESP, avaliando o ponto de situação da instituição e também uma possível reestruturação da oferta formativa daquela associação.-----

Informou ter estado reunido com o Diretor do Agrupamento de Escolas do Búzio, juntamente com o Vereador do Pelouro da Educação, Nelson Martins, e com a Senhora Vereadora Mónica Seixas, no sentido da melhoria das condições dos equipamentos das respetivas oficinas, tendo assumido o compromisso, que é compromisso da Câmara Municipal a concretizar através de uma candidatura financiada que permitirá, através de uma verba robusta, modernizar e modificar claramente os equipamentos que existem atualmente nas oficinas.-----

Informou ainda que, na passada quinta-feira, esteve presente no Ministério das Infraestruturas, com o Secretário de Estado, dando início a um procedimento para se



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

2025.12.22

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

inteirar de duas situações muito concretas, a da Zona Industrial do Norte de Codal, com a ligação ao nó da A32, e também a da Ponte e Reta da Batalha, em Cepelos. Para o efeito, já tem marcado atendimento no mês de fevereiro, no Ministério das Infraestruturas, e assim que tiver uma informação mais concreta sobre o ponto real da situação, a transmitiria à Assembleia Municipal, após transmitir em reunião de Câmara Municipal.-----

Quando deu por findos os esclarecimentos a Sr.ª Presidente da Mesa foi interpelada pelo deputado municipal do GM do Chega, Armando Pina, sobre a não votação da admissibilidade da Moção, pelo que, respondendo que teria sido essa a perceção tida, após os ter diretamente questionado, face às intervenções dos GM do CDS e PSD, mas como não via qualquer inconveniente a que fosse feita essa votação, o faria de imediato.-----

Colocada à votação pela Sr.ª Presidente da Mesa, a admissibilidade da Moção, foi a mesma rejeitada por maioria dos 28 membros presentes, por se terem obtido dois votos a favor, do GM do Chega, duas abstenções dos deputados municipais do PS, Joana Almeida e Albino Almeida, sendo os votos de 24 membros do plenário, contra. -- Não havendo mais intervenções, deu por findo o Período de Antes da Ordem do Dia.

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, E SUAS ALTERAÇÕES: -----

A Sr.ª Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, frisando este que a informação foi transmitida à Assembleia Municipal nos termos em que foi apresentada pelos diversos Serviços Camarários. -----

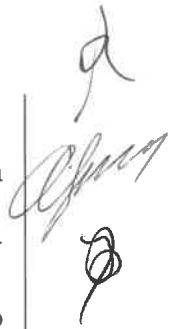
2025.12.22

Perguntando se havia alguma dúvida sobre o documento, a Sr.^a Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados municipais, pela ordem da sua inscrição:-----

- **Armando Pina**, referindo-se aos serviços de Iluminação Natalícia, disse constar o valor de cerca de 75 mil euros, que representa um custo de 3, 5 euros por munícipe. Frisou que, segundo a informação disponibilizada, em 2021 foram gastos 37 mil euros, em 2022, 36 mil euros, em 2023, 49 mil euros, em 2024, 49 mil euros e em 2025, 75 mil euros, concluindo que em 3 anos, mais do que duplicaram os gastos em iluminação de Natal, questionando se a qualidade da vida dos Valecambrenses também tinha melhorado ao mesmo nível, ou se estávamos perante um problema de gestão, dado que um cidadão de Vale de Cambra paga, em termos do custo com esta iluminação, mais do dobro do que um cidadão de Oliveira de Azeméis, de Aveiro ou de Vagos.-----

- **Carlos Pinho** afirmou que o relatório lhe deixou várias dúvidas quanto a matérias, que pela sua natureza, exigem clareza, previsibilidade e responsabilidade pública, referindo-se ao pavilhão municipal, por ter conhecimento que apresenta riscos sérios de segurança devido a infiltrações e haver zonas com levantamento do piso, que aumentam o risco de quedas e acidentes para quem o utiliza na prática do futsal e, em particular, no hóquei. Pergunta, assim, qual a razão deste Pavilhão não ter sido intervencionado antes do início da época atual, e quais as medidas a tomar, face à atual situação. -----

Sobre os conteúdos específicos do documento, a secção de legislação apresenta diplomas aprovados no período, mas não esclarece qual o impacto destes na atividade municipal, nem se, quando aplicável, já foram implementados, tendo esta Assembleia Municipal de perceber o que obriga a alterar, esta legislação, e quais os procedimentos por ela modificados. Sugere que em próxima Informação Municipal,





MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

2025.12.22

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

possa ser associado a cada diploma relevante, uma nota sucinta sobre o seu impacto municipal, serviços responsáveis e estado de implementação.-----

Afirmou que, no quadro das empreitadas em curso, verificou terem sido, cerca de 35% destas, entregues à Paviagem, o que representa mais de 40% do valor total das verbas e, apesar de não querer colocar em causa a capacidade desta empresa, acha que, por razões de boa gestão, estes dados merecem alguma reflexão, tendo em conta fatores como a dependência operacional, riscos de atrasos em cadeia, menor concorrência efetiva e menor diversificação do mercado local ou regional. Face a esta constatação, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que medidas pretende adotar para alargar a base de entidades fornecedoras, salvaguardando sempre a legalidade e a transparência.-----

Relativamente ao BUPi, disse que, existindo dados em como cerca de 25% das matrizes ainda não estão referenciadas, e tendo conhecimento de que o registo será gratuito até o final do ano, perguntou, como se ia realizar este processo posteriormente, e que medidas serão tomadas para acelerar e incentivar a que seja concluído o processo de registo ainda este ano, mencionando medidas como, campanhas locais, apoio presencial, parcerias conjuntas em horários alargados ou ações dirigidas às zonas nas quais se verifica o menor atraso, para que não haja qualquer penalização para os munícipes, sobretudo os mais vulneráveis.-----

Quanto à referência da ampliação do sistema de saneamento de águas residuais, perguntou quais são os montantes aprovados em cada uma das duas linhas de financiamento e quais os benefícios esperados, em termos de cobertura e eficiência do sistema.-----

Perguntou a razão concreta da falta de dados operacionais e financeiros relacionados com o abastecimento de água, recolha de resíduos, limpeza urbana, quantidade de óleos recolhidos e valores pagos a prestadores de serviços e, residindo a razão no

2025.12.22

fecho do mês, perguntou que medidas irá o Executivo adotar para garantir, no futuro, um calendário de fecho mensal e um reporte completo, evitando que esta Assembleia discuta documentos com lacunas em áreas de despesa e operação contínua.-----

Pretende alertar o executivo para que a Informação Municipal tenha dados completos, explicações claras e planos de ação objetivos priorizando a segurança das pessoas.-----

- **Armando Pina** verificou, no ponto dos processos judiciais, nomeadamente os contra a Câmara Municipal, a existência de muito processos judiciais interpostos pela empresa Empribuild, questionando a razão, pede que lhe remetam toda a documentação dos processos aí referidos, assim como o da autoria da empresa Almeida & Freitas, informação à qual deve ter acesso dentro do período definido por lei.-----

A Sr.ª Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para os devidos esclarecimentos:-----

No uso da palavra e respondendo sobre os gastos na iluminação de Natal, concordou serem sempre diferentes, tanto consoante os anos como consoante os municípios, dado que dependem muito da “lei de mercado” e do entendimento e da aposta que cada executivo faz nas decorações de Natal. Quanto ao pedido de documentação relativa aos processos judiciais, será remetido aos Serviços, assim que recebido ofício da Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal. -----

Relativamente às condições de funcionamento do pavilhão desportivo municipal, disse estar perfeitamente conservado e apto para tudo aquilo que é a sua atividade, apesar da existência de algumas anomalias derivadas do normal desgaste, pois é uma infraestrutura que tem bastantes anos, tem um uso anual de, não são centenas, mas milhares e milhares, sendo, no momento, priorizadas as grandes intervenções pela necessidade e urgência. Acrescentou que, nos últimos quatro anos se fez um



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

2025.12.22

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

investimento nas infraestruturas desportivas do município e das associações, como não se fazia há muitos anos, dando a exemplo, a requalificação do pavilhão de Algeriz, a requalificação do Campo número 2 com a colocação de uma bancada, a requalificação do Campo de basquete do Parque da Cidade, a transformação do antigo Campo da Praia Fluvial num Court de ténis e muitas outras, através da ajuda às associações que aí funcionam, como a requalificação do pavilhão do Lordelo, a requalificação do campo de Intercaima, a requalificação do polo desportivo de Rôge, a requalificação de uma série de infraestruturas desportivas, às quais a Câmara Municipal não negou o apoio, mesmo parcial. -----

Neste momento pretendem dar início à requalificação do estádio municipal e do campo número 2, num investimento acima de meio milhão de euros e, imediatamente a seguir, será ponderada a requalificação do pavilhão municipal e também para das piscinas municipais. -----

Mais afirmou que tem consciência de tudo o quem tem de ser feito, sendo tudo uma questão de timing e prioridades. -----

Relativamente aos concursos ganhos pela mesma empresa, respondeu que atualmente há uma dificuldade muito grande em conseguir concorrentes, tendo acontecido que, esta empresa, se tem mostrado disponível para concorrer e tem ganho com a devida legitimidade e dentro da legalidade. -----

Relativamente à questão colocada sobre as candidaturas, que são distintas, em água e saneamento, informou que o financiamento conseguido pela Câmara Municipal foi no total de 3, 5 milhões de euros, uma de 900 mil euros e outra de 2.600 mil euros, para abastecimento de água na Rua de Cimo da Aldeia e em Lourosa; no alargamento da rede de saneamento em Padrastos, Salgueirô e Areal, em Maceira de Câmara, e em Arões, Janardo e Junqueira, a rede de saneamento e construção de três ETAR, uma em cada uma destas localidades. Ao todo serão 9, 9 quilómetros de rede de saneamento,

2025.12.22

1, 6 quilómetros de rede de água, que irão abranger cerca de 600 habitações, sendo este o maior investimento feito por esta Câmara Municipal nos últimos anos.-----

Por último, disse aguardar que lhe cheguem os pedidos de elementos, via Presidente da Assembleia Municipal, contando que as próximas Informações Municipais sejam mais completas, conforme instrução que irá transmitir aos Serviços.-----

- **Carlos Pinho**, pedindo a palavra, deu nota de que o Pavilhão Municipal se tem degradado de forma mais acelerada neste período de inverno, pedindo que o local seja verificado, dado o grande número de jogos que lá decorrem.-----

Concorda com a justificação dada sobre a dificuldade em encontrar empresas para fazer qualquer empreitada e ser frustrante avançar com estas obras e depois ter procedimentos desertos. Contudo, disse existirem mecanismos que podem ser usados para chamar a atenção das diferentes empresas que trabalham no setor, dando mais visibilidade aos procedimentos abertos, alargando a base de fornecedores.-----

Sobre o Relatório de Atividades no período em análise, voltou a alertar as diversas faltas de dados e ainda a falta de legendas que permitem uma melhor análise dos dados.-----

- **Armando Pina** pede a palavra e voltando aos gastos na iluminação Natalícia disse que, uma opção do executivo transformou, em apenas 3 anos, um gasto de, 49 mil ou de 36 mil euros, em 75 mil, fazendo esta menção para que os Valecambrenses saibam destes valores e possam comparar, como o fez com as várias cidades que mencionou, como Aveiro, capital distrito, que, com a dimensão e turismo que tem, gastou 150 mil euros, entre outras, fazendo também, a comparação dos valores gastos com a efetiva população dos concelhos, querendo, com todas estas comparações, frisar que a Câmara Municipal de Vale de Cambra gastou tanto como o Município de Águeda ou Arouca, onde o Natal é deveras festejado como uma tradição que vem de longa data e que todos conhecem e onde é um investimento com retorno.-----



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

2025.12.22

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- **Fernanda Gonçalves (JF-Cep.)** pediu um simples esclarecimento sobre a razão de, para a freguesia de Cepelos, não estar prevista a expansão da rede de água e saneamento conforme projeto candidatado referido pelo sr. Presidente da Câmara Municipal, uma vez que esta freguesia tem a mesma necessidade das freguesias referidas.-----

- **Armando Pina**, voltando a pedir a palavra, perguntou se a empresa responsável pela iluminação Natalícia era a mesma que afixou os outdoors da campanha do CDS. - -

A Sr.ª Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que passou a esclarecer que os dados são fornecidos pelos diversos serviços, correspondem à data em que eles têm de ser reunidos num documento, que é a Informação Municipal, para a qual será pedida uma melhoria, em termos da apresentação dos dados nela constantes.-----

Relativamente ao Pavilhão Municipal, reforçou ser uma questão de prioridade, lembrando que, recentemente foram investidos cerca de 200 mil euros no Pavilhão da Associação de Lordelo, no âmbito da prática do Hóquei em Patins, pelo que, a seu tempo e tendo em conta um custo maior ou semelhante, será decidido investir no piso do Pavilhão Municipal, apesar de pontualmente haver o cuidado de fazer a manutenção necessária dentro das possibilidades dos serviços camarários, para que este tenha as condições para a prática das diferentes modalidades.-----

Relativamente à empresa Empribuild, informou que todas as situações em contencioso são antigas, transitaram do anterior mandato e são fruto de divergências em algumas obras, que resultaram em litígio. -----

Voltou a referir que nem sempre os números que surgem na internet, correspondem efetivamente, e só, à iluminação de Natal, afirmando tem conhecimento de municípios que gastaram meio milhão de euros nas festividades de Natal, não só em iluminação,

2025.12.22

mas em todo tipo de decoração ou atividades, tendo o nosso município até sido muito contido, relativamente à atividade natalícia e aos respetivos gastos. -----

Quanto às empresas que prestaram serviços ao município na área da iluminação e também prestaram serviços à campanha do CDS, afirmou não possuir essa informação, por não ter acompanhado a campanha, nessa vertente. -----

Sobre a questão colocada pela Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, informou que as candidaturas foram feitas no mandato anterior, estando contempladas as Freguesias de Arões e Junqueira, em particular a parte alta do concelho, garantindo ser da máxima prioridade deste Executivo que lidera, que neste mandato seja realizado uma expansão das redes de água e saneamento em todas as freguesias, de preferência, a todo o concelho. Será verificada a existência de candidaturas e a obtenção de financiamentos ou de capitais próprios para que isso seja possível nos próximos quatro anos, sendo certamente, considerada a Freguesia de Cepelos.-----

Não houve mais intervenções.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 12/12/2025, acerca da atividade e da situação financeira do Município, no período de 02 a 30 de novembro de 2025. -----

2. PROPOSTA PARA A MELHORIA E REFORÇO URGENTE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO CONCELHO DE VALE DE CAMBRA, COM VISTA À CRIAÇÃO DE UM SERVIÇO DE URGÊNCIA BÁSICO (SUB) - APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS:-----

“I. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE -----

Partido Socialista de Vale de Cambra -----

II. ENQUADRAMENTO E EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS -----



A presente proposta tem como objetivo alertar e solicitar uma intervenção urgente e estratégica das entidades competentes para colmatar as graves lacunas nos cuidados de saúde de emergência em Vale de Cambra. A insuficiência dos serviços atuais representa um risco significativo para a saúde e bem-estar da população, especialmente para os idosos e residentes nas freguesias mais isoladas. -----

1. A Barreira Geográfica e a "Hora de Ouro" -----

Vale de Cambra, com as suas características geográficas e a significativa distância aos hospitais de referência (Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga em Santa Maria da Feira; Centro Hospitalar do Baixo Vouga em Aveiro e Hospital de São João no Porto), enfrenta um problema crítico no tempo de resposta a emergências médicas graves (AVC, Enfarte do Miocárdio, trauma). A demora no transporte, decorrente da localização periférica do concelho, compromete gravemente o cumprimento da crucial "hora de ouro", aumentando o risco de mortalidade e de sequelas irreversíveis. -----

2. A Insuficiência da Resposta Local -----

Os serviços de saúde atualmente disponíveis no concelho, como as Unidades de Saúde Familiar (USF Vale de Cambra, USF Calambriga) e o Serviço de Atendimento Complementar (SAC), são importantes para os cuidados primários, mas são manifestamente insuficientes para responder a todas as necessidades de urgência. O horário limitado do SAC, em particular, deixa a população desprotegida durante longos períodos, forçando deslocações perigosas e demoradas. -----

3. O Imperativo de Equidade Territorial -----

A atual situação cria uma desigualdade flagrante no acesso aos cuidados de saúde em comparação com concelhos com maior proximidade a centros hospitalares. O direito à proteção da saúde, consagrado na Constituição da República Portuguesa e na Lei de

A
[Handwritten signature]



Bases da Saúde, deve ser assegurado de forma equitativa a todos os cidadãos, independentemente da sua localização geográfica. -----

III. PROPOSTAS DE AÇÃO -----

Face ao exposto, solicitamos a V. Exas., com a máxima urgência, que sejam tomadas as seguintes medidas: -----

1. Luta pela criação de um Serviço de Urgência Básico (SUB) ou Polivalente em Vale de Cambra. -----

Pressionar o Ministério da Saúde para que seja instalado um SUB em Vale de Cambra, garantindo o seu funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana. -----

Um SUB permitiria estabilizar doentes em situações de emergência antes da sua transferência, salvando vidas e melhorando significativamente a qualidade do socorro.

2. Reforço de Meios e Consultas de Especialidade. -----

Exigir o reforço dos meios do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) e o aumento do número de ambulâncias disponíveis para o concelho. -----

Solicitar o aumento do número de consultas de especialidade no Centro de Saúde de Vale de Cambra, reduzindo a necessidade de deslocações dos utentes para outros concelhos. -----

IV. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL -----

O direito à proteção da saúde é um direito fundamental, conforme estipulado na Constituição da República Portuguesa e na Lei n.º 95/2019, de 4 de setembro (Lei de Bases da Saúde). Ao garantir um acesso mais equitativo e eficaz aos cuidados de emergência, as autoridades estarão a cumprir com os seus deveres legais e constitucionais para com a população. -----

V. PEDIDO -----



2025.12.22

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assim, solicita-se a V. Exas. a análise desta proposta e a tomada de medidas concretas e céleres para a sua concretização, com vista a assegurar o direito à saúde e à segurança da população de Vale de Cambra.”-----

A Sr.ª Presidente da Mesa deu a palavra ao Deputado Municipal Albino Almeida do Grupo Municipal do PS, que cumprimentou todos os presentes e quantos se encontravam a assistir à sessão online.-----

Começou por se referir ao quanto imperativo é, a saúde pública, a equidade territorial e a justiça social em relação aos cidadãos de Vale de Cambra. Disse terem sido melhorados os cuidados de saúde primários, mas que, o nosso território, pela sua interioridade e distância aos grandes centros urbanos hospitalares, ainda expõe fragilidades, especialmente em situações de maior complexidade ou urgência.-----

Frisou o envelhecimento da população, cuja média, achada com dados dos 5 municípios do Entre Douro e Vouga, NUT III, é superior à média nacional, estando a aumentar este índice, face aos dados dos Censos 2021, especialmente nos municípios de Arouca e Vale de Cambra. Este envelhecimento traduz-se num grupo de pessoas com maior incidência de doenças crónicas, como hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares e doenças respiratórias.-----

Dos cinco municípios, constata que, Vale de Cambra é o único a não possuir Atendimento em Urgências, o que obriga à deslocação para fora do município em ambulância ou muitas vezes em carro próprio, opção da população dos locais mais afastados, de Arões ou Junqueira.-----

Diz ser importante, ter a capacidade de apoio hospitalar no coração de Vale de Cambra, bem como políticas públicas focadas de prevenção e acompanhamento contínuo além da redução de desigualdade ao acesso ao cuidado de saúde, essenciais para proteger a população, especialmente este grupo de pessoas envelhecidas, assim como a comunidade infantil. Assim, nada havendo em Vale de Cambra, existe uma

2025.12.22

sobrecarga do Hospital de Santa Maria da Feira, com utentes de Vale de Cambra, aumentando os tempos de espera de atendimento e das consultas de todos quantos lá se dirigem.-----

Diz ser impactante, a existência de um hospital, a promoção da fixação de profissionais de saúde no concelho e que a presença de um serviço de saúde hospitalar tenha um atendimento ou urgências de 24 horas, para o bem-estar e tranquilidade da população em Vale de Cambra, que não se pode considerar, propriamente, uma região do interior.-----

Sobre a fixação populacional, disse ser esse outro fator, em que a existência de um hospital, contribuiria para fixar a população, a atrair casais jovens que podem planear o aumento da família pela facilidade no acompanhamento pós-natal, bem como a fixação de empresas, investidores que valorizam os territórios com infraestruturas e suportes robustos. -----

Disse ter feito e ainda vir a fazer mais pedidos de valores para que se possam ter dados estatísticos quanto ao número de pessoas de Vale de Cambra atendidas no Hospital de São Sebastião e em que tipo de consultas, em que patologias. -----

Concluiu citando Fernando Pessoa: “Devemos pensar no futuro, porque é para lá que nós vamos” -----

-Armando Pina, pediu a palavra, parabenizando o colega do PS, questionou a razão de só agora o PS ter dado o presente passo, em relação a este tema, cuidando que seria por este partido ter um Vereador na Câmara Municipal. -----

-Maria Paula Pinho frisando que o seu GM acompanha e compreende as preocupações da população de Vale de Cambra, em particular daqueles que vivem na parte mais alta do concelho e afastada do centro da cidade, no que aos cuidados de saúde diz respeito. Concordando com a proposta, disse ser imprescindível uma tomada de posição por parte da Câmara Municipal através de papel ativo,



2025.12.22

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

reivindicativo e mobilizador junto das entidades competentes, assegurando o direito da população do concelho a cuidados de saúde dignos, atempados de forma a atenuar as desigualdades territoriais, em particular em situações de urgência, devendo Vale de Cambra ser integrada na Rede Nacional de Serviços de Urgência. -----

Teve conhecimento da disponibilidade da Deputada Municipal e Presidente da Mesa, Adriana Rodrigues, para esta luta, e desta já ter colocado a questão diretamente à Senhora Ministra da Saúde, procurando sensibilizá-la para a importância dos cuidados de saúde de proximidade para territórios como o nosso, esperando que a Câmara Municipal solicite a realização de estudos técnicos e relatórios objetivos sobre tempos de resposta, impacto demográfico, envelhecimento da população, etc. Afirmou que o GM defende a descentralização das consultas de especialidade, promovendo a proximidade; que no Polo de Saúde de Junqueira, venham a ser alocados recursos humanos e técnicos que sirvam efetivamente a população, também o apoio na capacidade instalada das IPSS, que poderão ser parceiros fundamentais na mitigação dos problemas de saúde das comunidades que servem.-----

Por estarem alinhados e solidários com a Câmara Municipal, declara disponibilidade para ajudar em tudo o que estiver ao seu alcance, nas iniciativas que criam um efetivo impulso na potenciação do equipamento instalado a bem de toda a população Valecambrense.-----

Terminou, sublinhando TODOS TODOS TODOS, como diria o Papa Francisco, disse.----

Pedindo a palavra para responder ao seu colega Armando Pina, Albino Almeida disse ter estado em funções de DM no Quadriénio 2017/2021 e ter levantado a questão, falado do problema da saúde em Vale de Cambra ao executivo CDS, tendo obtido a resposta de que falasse com o Partido do Governo, que então, era do PS, resposta que constava em ata, frisou.-----

2025.12.22

- **José Pinheiro**, cumprimentou os presentes e todos quantos se encontravam a assistir online.-----

Diz rever-se nesta proposta do Partido Socialista, e em tudo aquilo que seja para melhorar a saúde dos Valecambrenses, facto em que devem estar todos unidos.-----

Quando chegou à Câmara Municipal, haviam mais de três mil munícipes Valecambrenses que não tinham médico de família sendo um seu primeiro objetivo, garantir que o pudessem ter, o que foi conseguido, sendo um tema que foi discutindo, reivindicando várias áreas da saúde, para robustecer o serviço de saúde em Vale de Cambra, tendo, na área da estomatologia, conseguido instalar a prestação do serviço de dentista, com o investimento da Câmara Municipal, tendo sido à data, um assunto tratado com um governante do Partido Socialista, por quem tem grande estima e consideração, por ser de facto uma das pessoas em Portugal que mais sabe de saúde. Continua-se a trabalhar no sentido de dotar o município de Vale de Cambra de meios complementares de diagnóstico, uma falha que existe não só neste município, mas que em Portugal, sendo muito importante que os partidos se unam e façam uma reversão na área da prestação de serviços da saúde, para que abranja todos os portugueses.-----

Avançar para um serviço de urgência básica seria efetivamente importante, se for garantido um serviço de qualidade e que não defraude os utentes quando estes necessitarem dele.-----

Vê na reestruturação do INEM, uma oportunidade para se poder reivindicar outro serviço de proximidade no âmbito dos serviços que prestam, tendo em conta sobretudo as zonas do interior do concelho, que distam do centro, havendo a necessidade de uma sensibilização do INEM, das competências da ULS, e da competência do Ministério da Saúde, sendo esta a altura de todos reunirem esforços e lutar mais e mais pela saúde dos Valecambrenses.-----





A Sr.ª **Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que afirmou concordar totalmente com esta proposta, frisando ficar feliz por perceber que ainda existem temas onde todos se conseguem unir e aliar, face às reais necessidades dos Valecambrenses e na melhoria das suas condições, neste caso na área da saúde, pretendendo deixar claro que, como Presidente da Câmara e restante Executivo, estarão na primeira linha tanto nos contactos, como nas diligências junto às diferentes entidades para tentar fazer os possíveis para que a proposta apresentada, seja uma realidade em Vale de Cambra.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta para a melhoria e reforço urgente dos serviços de saúde no concelho de Vale de Cambra, com vista à criação de um Serviço de Urgência Básico (SUB), nos seus exatos termos.--

3. DERRAMA:

A Sr.ª **Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal,** que fez a seguinte introdução referindo ser esta comum aos pontos relativos aos impostos municipais, pontos 3, 4, e 6: -----

“Queria só deixar a informação que, relativamente àquilo que foi a nossa tomada de decisão do Executivo e depois validado em reunião de Câmara, é que a manutenção da nossa política de impostos baixos é para nós uma aposta estratégica no futuro do nosso concelho.-----

Ao mantermos a taxa na fasquia mínima, ao devolvermos metade do IRS, a que a Câmara Municipal tem direito, e ao aliviarmos a derrama para as nossas empresas, devolvemos e oferecemos poder de compra às famílias e potenciamos o investimento. Acreditamos, claramente, que o melhor destino para o dinheiro é junto de quem o gera, os Valecambrenses e as nossas empresas. Acreditamos que com estas medidas o Município torna-se mais atrativo e competitivo, incentivando a fixação de novos residentes e empresas, o que, por sua vez, aumenta a base tributária a longo prazo.-----

A política de impostos baixos exige, obrigatoriamente, uma gestão mais eficiente e com muito mais critério dos nossos recursos, focada em serviços essenciais e obras estruturantes, o que demonstra responsabilidade na aplicação do dinheiro público.-----

Quanto à Derrama, o imposto sobre o lucro das empresas, a sua redução ou isenção é um incentivo direto para que as empresas invistam, criem empregos e se expandam no concelho, melhorando o nosso dinamismo económico. E é com esse intuito que apresentamos esta taxa.”

2025.12.22

A Sr.^a Presidente colocou os assuntos à consideração dos Deputados

Municipais:-----

- **José Soares** refere que, por gestão CDS, houve uma redução e manutenção de impostos municipais baixos, beneficiado os Valecambrenses, população e as empresas, sendo Vale de Cambra, dos 17 concelhos da Área Metropolitana do Porto, aquele que tem o quadro fiscal mais favorável de todos. Na derrama, só Póvoa do Varzim tem uma taxa melhor, porque isenta todos os contribuintes, todas as empresas, ficando Vale de Cambra com a segunda melhor posição, com 1%, e a isenção a todas as empresas que tenham até 150 mil euros de volume de negócios, e também às empresas que criem cinco ou mais postos de trabalho, permitindo, esta redução, uma poupança anual tanto às empresas como às famílias.-----

Comparou valores de Derrama e IMI pagos pelas empresas antes da gestão CDS, sendo estes idênticos, pelo que, não considera que a Derrama alta seja uma medida que resulte numa poupança no lucro das empresas, maioritariamente, microempresas com menos de 10 trabalhadores e com menos de 2 milhões do volume de negócio.-----

Mostrando que todos os setores merecem esta redução da taxa de derrama para a sua atividade, porque as empresas criam um valor para todo o concelho, prestou algumas informações sobre alguns dados estatísticos concelhios, quanto ao desemprego, que é o mais baixo dos municípios da AMP e o quarto mais baixo de todos os 84 concelhos da região norte; sobre o ganho médio de cada trabalhador por conta do outrem, que, em 2023, era o quinto melhor da AMP; sobre a média das exportações em 2023, que se situava em 15, 1 milhares de euros, quando a média nacional foi de apenas 7, 2 milhares de euros, contribuindo para a economia nacional e para a balança comercial em 145, 3 milhões de euros, reduzindo a nossa dependência do exterior.-----

**MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA**
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2025.12.22

Continuando a mencionar dados estatísticos, disse que a taxa do IMI era mínima, sendo só 7 das 17 câmaras da AMP que têm; sobre a participação no IRS só Vale de Cambra e Vila Nova de Gaia é que devolviam 2, 5, nada devolvendo as restantes. -----

- **Vítor Pinho** cumprimentou todos os presentes e quantos se encontravam a assistir à sessão online. -----

Dado tratar-se de um imposto vital, que reverte diretamente para o desenvolvimento de Vale de Cambra, considera este, um momento de reflexão estratégica, achando que só é aceite com justiça pelas empresas, se a sua aplicação for visível e significar a criação de infraestruturas, como zonas industriais, melhoria das acessibilidades, apoio a um ensino profissional adaptado, promoção e valorização do comércio e indústria local. Contudo, em Vale de Cambra existe um paradoxo, pois apesar da baixa taxa de derrama, 1%, as empresas estão a abandonar Vale de Cambra mesmo não o querendo, sendo a razão, a falta de condições para crescerem, encontrando as alternativas em concelhos vizinhos, como Arouca, nomeadamente na Farrapa, Mansores e Escariz, onde têm a mesma taxa com melhores condições. Outras, deslocaram-se para Oliveira de Azeméis, na Fontanheira, para Sever de Vouga, em Decide, onde se aplicam taxas superiores, de 1, 2% e 1, 5%, respetivamente, tendo recentemente havido a saída de uma multinacional para Santa Maria da Feira, que lá, vai pagar 1, 5%. -----

Face ao exposto, pergunta se não seria preferível manter uma taxa mais elevada e investir essa receita nas infraestruturas que teriam retido estas empresas, cuja saída representa prejuízo para a Vale de Cambra, não só pelo não pagamento do imposto cá, mas também pela perda dos postos de trabalho e do consumo local feito para sustentar famílias. Acrescentou que foi com as taxas altas que se criaram as zonas industriais do Rossio e do Lordelo, investimento que, a não ter sido feito, teria como consequência uma demandada muito maior e hoje, uma receita menor. -----

2025.12.22

Considera a medida bem-intencionada, a isenção prevista para as empresas, mas de pouca aplicabilidade prática, pois se não há condições para manter quem cá está, como se poderá atrair mais investidores de fora. -----

Perguntou se já existe algo concreto sobre a fixação na Zona Industrial do Rossio de uma empresa, com a qual o Sr. Presidente se reuniu, enquanto vereador e candidato autárquico. -----

Por entenderem ser importante diminuir a carga fiscal, votarão favoravelmente a esta proposta de 1%, apesar das dúvidas quanto ao valor da receita prevista, face à vontade de investimento presente no recentemente aprovado PDM, cujo objetivo é fixar e fazer crescer o nosso tecido empresarial. -----

- **Maria José Aguiar**, face às várias considerações que ouviu, sendo este um imposto que recai sobre quem cria riqueza, promove trabalho, a sua receita tem de servir para alguma coisa, o que não se tem verificado, pois desde 2019 que se mantém em 1%, e durante estes anos pouco se fez nas Zonas Industriais que precisavam de reabilitação, melhoria nos acessos, pelo que mais valia abolir este imposto, reduzindo-o a zero, dando este benefício na totalidade às empresas, para que estas possam fazer os investimentos necessários, fazendo também aumentos nos ordenados, tornando-se ainda mais competitivas nesta economia global onde estão inseridas, onde os empresários têm de se valer de tudo. -----

- **Armando Pina**, por não pretender que as empresas paguem impostos para depois se gastarem em “luzinhas” de Natal, pretende votar contra. Depois disse não entender a Declaração de Voto do PPD/PSD na deliberação de aprovação do documento na Câmara Municipal, a qual citou, frisando que este partido se absteve indo agora votar a favor, não entendendo a posição. -----

- José Soares frisou que foi mencionado que algumas empresas, não quantificadas, saem de Vale de Cambra, mas não foi dito que há outras que entram e se expandem,



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

2025.12.22

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mencionando que, em Vale de Cambra, em 2013 haviam 2.160 empresas, em 2015, haviam 2.424 e em 2024, haviam 2.669 empresas, não achando nestes valores, qualquer redução.-----

Não havendo mais intervenções, foi o ponto colocado à votação.-----

A Assembleia Municipal, com dois votos contra do GM do Chega, deliberou, por maioria, ao abrigo da alínea d), n.º 1 do art.º 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL) e conforme deliberado em reunião de 02/12/2025 pela Câmara Municipal, aprovar a fixação da taxa da Derrama em 1% sobre o lucro tributável e não isento de IRC, aos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior, superior a 150.000, 00€, isentar os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior, que não ultrapasse 150.000, 00€, bem como, os sujeitos passivos que se tenham instalado no Concelho e aí tenham fixado a sua sede social, desde que tenham criado cinco ou mais postos de trabalho.-----

4. TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM/2026:

A Sr.ª Presidente deu a palavra aos Deputados Municipais:-----

-**Vitor Tavares (JF-MC)** deixou um alerta quanto às empresas de telecomunicações, que pagam estas taxas por atravessarem o nosso território e têm demonstrado uma falta de respeito, por deixarem na via pública cabos caídos, postes repletos de cabos ao abandono, ao ponto de poderem provocar acidentes ou danos em veículos, solicitando que, tanto na Câmara Municipal, como na Assembleia Municipal, a questão do descuido e da falta de respeito seja tida em conta no relacionamento com estas empresas de telecomunicações que ganham milhões e contribuem para a poluição visual do nosso concelho e não só, por ser também, um problema nacional.-----

- **Ana Leticia Correia** cumprimentou todos os presentes e quantos se encontravam a assistir à sessão online.-----

2025.12.22

Recorda aos presentes que existem zonas no concelho sem cobertura adequada da rede, sendo Vale de Cambra muito mais do que o centro da cidade, havendo ainda freguesias e lugares que continuam a aguardar por investimentos básicos em infraestruturas e por isso solicita que as receitas desta taxa sejam usadas para criar mais igualdade neste município, dada a diferença de acesso a rede, entre o centro e as freguesias da zona alta do concelho, não sendo mesmo preciso ir muito longe para se sentirem estas falhas, como acontece na Sr.^a Da Saúde, acreditando que o município pode fazer muito mais se apostar nas novas tecnologias e soluções existentes, sem necessidade de haver aquela poluição visual obsoleta, degradante do espaço público e da imagem do concelho. -----

A par da expansão de novas tecnologias, como o 5G, disse ser fundamental que esta evolução seja acompanhada de planeamento, equidade territorial e responsabilidade por parte das operadoras, garantindo a Câmara Municipal, em articulação com estas, a remoção de infraestruturas mortas e a garantia de que a cobertura chegue a todo o território, haja uma cobrança justa destas taxas e também uma gestão mais eficaz do espaço público. -----

Ausentou-se por momentos e não estava presente aquando da votação, a deputada municipal Cristina Maria Vasconcelos Quintas. -----

Não havendo mais intervenções, foi o ponto colocado à votação.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos 27 membros presentes, ao abrigo da alínea b), n.º 1 do art.º 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL) aprovar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem/2026 em 0, 25%, conforme deliberado em reunião de 02/12/2025 pela Câmara Municipal. -

Regressou à sessão, a deputada municipal Cristina Maria Vasconcelos Quintas. -----

5. IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS: -----



A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos Deputados Municipais:

- **Ana Rita Martins** cumprimentou todos os presentes e quantos se encontravam a assistir à sessão online. -----

Reconheceu o cumprimento e o enquadramento legal previsto no Código do IMI da Lei n.º 75/2013, afirmando que o município ao propor estas taxas revela uma preocupação em não agravar a carga tributária sobre famílias e proprietários do concelho, saudando a manutenção da redução familiar do IMI em função do número de dependentes, uma medida da justiça social que reconhece as diferentes realidades dos agregados familiares e alivia o esforço financeiro das famílias com filhos, apesar das limitações.-----

O Grupo Municipal do PPD-PSD votará favoravelmente a proposta, apesar de entender que o Orçamento deve ser analisado, não apenas pelo lado da taxa aplicada, mas também pelo lado da utilização da receita arrecadada, e representando esta receita cerca de 2 milhões de euros anuais, paga por praticamente todos os Valecambrenses, direta ou indiretamente, e questiona se se pode considerar legítimo, todos os munícipes pagarem IMI, mas nem todos terem acesso às condições básicas e essenciais, nomeadamente acesso a rede de água e rede de saneamento. Assim, pergunta se não faria sentido, que uma parte substancial, ou mesmo a sua totalidade, fosse canalizada de forma contínua para a expansão das redes de água e de saneamento, como garantia da igualdade entre todos os Valecambrenses, tendo em conta ser um direito básico, essencial à saúde pública, à qualidade de vida e à coesão territorial do nosso concelho, porque se todos contribuem, é justo que todos beneficiem destes serviços fundamentais.-----

O GM PSD votaria favoravelmente, mas, para que a aplicação da receita do IMI seja visível, justa devem ser melhoradas as condições de vida de todos os Valecambrenses.

2025.12.22

- **Maria José Aguiar** frisou que quando se compra uma casa, pagam-se todos os impostos aquando da escritura e depois, todos os anos se paga o IMI, um dos impostos mais injustos que existem em Portugal, pela sua persistência e injustiça. Apesar da taxa ser a mais baixa, sendo este um concelho que sofre com a sua interioridade, por forma a revitalizar as freguesias mais interiores, o Chega propõe, deixando à consideração do Sr. Presidente da Câmara e de todos os Srs. Deputados Municipais, a inclusão de dois pontos, como sejam, a “isenção” ou “um retorno” do valor do IMI, aos jovens que pretendam fixar-se nessas freguesias mais do interior como forma de incentivo à aquisição ou à reabilitação de casas e, com isso, promover a fixação de jovens e famílias em Vale de Cambra.-----

Outro ponto, seria a “isenção” ou “o retorno” desse valor a todos os agentes da proteção civil, bombeiros de Vale de Cambra que precisam, aqueles que estão sempre ao dispor, acrescentando que não só a corporação de bombeiros daqui precisa de efetivos, mas o país todo precisa de jovens, podendo ser este, um incentivo, por diminuto que seja, para captar mais efetivos para a corporação de bombeiros e, talvez, fazer a corporação de bombeiros crescer.-----

- **José Soares** disse concordar com a deputada Maria José Aguiar quando diz que este é um imposto muito injusto, porque já se pagaram impostos quando houve a transmissão do imóvel, e acrescenta que para comprar o imóvel, as pessoas tiveram que trabalhar, obter rendimentos, pagaram IRS sobre esse valor destinado à compra do imóvel, entre outros além de que, quem o construiu pagou IVA, que não é dedutível, abarcando, o Estado, neste tipo de procedimento, um grande rendimento de impostos, pelo que o seu partido assumiu desde o início das funções no executivo, o abaixamento deste imposto, beneficiando as pessoas.-----

Sobre a proposta de isentar algumas pessoas, existe a isenção temporária aquando da compra da primeira habitação. Sobre a proposta relativa aos bombeiros, pensa ser





MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

2025.12.22

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

impossível, tal como o é em relação à isenção do pagamento em algumas freguesias, mesmo sendo a favor da discriminação positiva das freguesias do interior, sendo esta a taxa mais baixa da AMP, considera não haver discriminação.-----

- **Armando Pina** é de opinião que o IMI é um dos maiores roubos que existe em Portugal, feito pelo Estado, sendo a favor de que seja pago o IMI nos imóveis que se encontram devolutos, que a existirem no centro de Vale de Cambra, deviam pagar 10 ou 20 vezes mais.-----

De seguida referiu-se à declaração de voto feita pela bancada do PSD na reunião da Câmara Municipal onde se absteve sobre o ponto, a qual citou, dizendo que não entende a abstenção, por se estar a votar uma taxa no seu mínimo.-----

- **Maria José Aguiar** pediu a palavra, somente para responder ao DM José Soares, dizendo que, nos municípios da Área Metropolitana do Porto, não acontecerá o que propôs em relação aos bombeiros, mas já é prática no Distrito de Aveiro, nomeadamente no concelho de Vagos, podendo prestar mais pormenores, considerando este, um exemplo nobre a seguir.-----

Pedindo a palavra, a Deputada Municipal Ana Rita Martins voltou a pedir a informação sobre a afetação que poderia ser feita, face aos valores arrecadados anualmente, pois por mínima que fosse a verba, seria importante perceber se esse mínimo também estava a ser aplicado de forma justa para todos.-----

A Sr.ª Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que as receitas do município são aplicadas nas mais diversas áreas, afirmando novamente que irão fazer o maior investimento dos últimos anos na expansão das redes de água e redes de saneamento também com capital próprio, cuja origem, certamente, estará na arrecadação destes impostos, sendo intenção deste executivo, que nos próximos quatro anos, sejam criadas melhores condições e infraestruturas para todos os Valecambrenses nas sete freguesias.-----

2025.12.22

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo da alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL) e conforme deliberado em reunião de 02/12/2025 pela Câmara Municipal, aprovar a aplicação das seguintes taxas do IMI:-----

- Prédios rústicos: 0, 8%;-----
- Prédios urbanos = 0, 3%, nos termos do art.º 112 do CIMI;-----
- Redução da taxa do IMI de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 112.ºA, do CIMI, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar. -----

6. FIXAÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IRS:

O Sr. Presidente da Câmara Municipal ausentou-se por breves momentos, sendo assumida a representação da Câmara Municipal pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal.-----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos deputados municipais: - -

- **José Soares** pretende somente deixar a nota de que, ao contrário de muitos municípios, que absorvem todo o IRS que lhes é concedido pelo Estado, 5%, em Vale de Cambra o executivo devolve 2, 5%, que corresponde a metade, como faz Vila Nova de Gaia, sendo dois, os concelhos da Área Metropolitana do Porto que o fazem.-----

Sobre a questão que a deputada municipal Ana Rita Martins colocou, disse não haver dúvida de que o IMI dá uma receita de 2, 5 milhões de euros, sendo a maior receita própria de todas as receitas correntes da autarquia. Contudo, existe um princípio no direito financeiro local que é o princípio da não consignação e, com base neste, o produto de quaisquer receitas não pode ser afeto ou consignado à cobertura de determinadas despesas servindo todas as receitas para cobrir imediatamente todas as despesas.-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal regressou à sessão.-----



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

2025.12.22

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- **Vítor Pinho**, face à informação dada pelo Deputado Municipal José Soares, esclareceu que o aumento das empresas se deve ao facto dos Valecambrenses serem muito empreendedores, tendo muitas dessas empresas sido criadas de raiz, frisando que a sua intervenção verteu sobre as empresas existentes que, por não lhe terem sido dadas as condições para crescerem, tiveram de sair do concelho.-----

Sobre a participação do IRS, sendo esta, uma receita de natureza nacional que o Estado afeta áreas vitais como proteção social, saúde, educação serviços públicos gerais, dívida pública, segurança e defesa, assuntos económicos, transportes e desporto, recriação, cultura e religião, considera que esta participação variável deve ser prioritariamente canalizada para investimentos que causem impacto direto na vida dos Cambrenses, com particular ênfase nas áreas da saúde, educação, transporte, desporto e cultura, no sentido de atrair e fixar novos residentes, o que não tem sido conseguido. -----

Referiu ainda que 45% não são abrangidos, beneficiando, esta taxa, sobretudo as classes média/alta e alta e que são favoráveis à devolução de parte desta percentagem, como aumento ao poder de compra dos munícipes de Vale de Cambra, desde que não comprometa a qualidade e sustentabilidade do serviço público.-----

- **Maria José Aguiar** referiu que, Portugal é o nono país europeu com a taxa de IRS mais elevada, que, no limite, pode ascender até 48% do rendimento dos portugueses, quase metade do rendimento do trabalho das pessoas, valor que considera injusto, pois quanto mais se trabalha, mais se paga. -----

Reconhece que o município tem feito um percurso positivo na descida do IRS na última década, passando de 5% em 2013 para os atuais 2, 5%, esforço que o seu GM valoriza, no entanto, acha que seria imperioso, ir reduzindo a percentagem até à taxa zero, restituindo a totalidade do dinheiro dos Valecambrenses, conforme defende o

2025.12.22

seu GM, e já acontece em muitas autarquias, em que o fruto do trabalho dos contribuintes fica sempre do lado das pessoas, sempre.-----

- **José Soares** contrapôs dizendo que, eliminar a derrama e devolver a totalidade do IRS às pessoas, representa um valor demasiado grande e comprometedor da capacidade de trabalho do município, diminuindo a capacidade de endividamento que se baseia nas receitas próprias, só fazendo sentido se houvesse condições para isso, parecendo-lhe ser impossível quando é reclamada a execução de tantas obras.-----

Deixou alguns dados estatísticos, por consulta feita aos Censos de 2001, 2011 e 2021, resultando entre estes períodos, sempre perda de população, havendo, após contabilizados os falecimentos e nascimentos, nestes três últimos anos, em termos líquidos, ficaram no concelho mais 375 pessoas. -----

- **Carlos Nuno Pinho**, em relação à taxa do IMI, pediu um esclarecimento ao Deputado Municipal José Soares, por não entender o facto de todas as receitas contribuírem para todas as despesas e haver o impedimento de ter um plano consistente de Investimentos da Câmara Municipal, de 2 milhões de euros, recordando que o Sr. Presidente referiu ter de fazer duas candidaturas a 3, 5 milhões de euros destinados a obras das redes de água e saneamento, parecendo-lhe que, se afetasse 2 milhões de euros, por ano, a estes investimentos, em dois anos tinha 4 milhões de capital próprio sem a necessidade de aguardar candidaturas para resolver um dos problemas neste concelho.-----

Sobre os últimos Censos que refletem a existência de mais idosos do que jovem, acredita que existem vários fatores a confluir para os números, sendo uma realidade, a redução dos habitantes em Vale de Cambra.-----

- **Armando Pina**, sobre o IRS, imposto que, na sua opinião, não tem em conta o real custo da vida, disse ser apenas um instrumento de dependência do Estado e poderia ser cobrado o máximo de IRS, caso a população tivesse um real retorno dos impostos.





Pretende ainda mencionar a declaração de voto da bancada do PPD/PSD na reunião da Câmara Municipal que aprovou o presente ponto, que citou, acrescentando que, Sá Carneiro defendia que na política, a abstenção não é ser neutro, é a fuga à responsabilidade, e a falta de coragem política.-----

Não havendo mais intervenções, o ponto foi colocado à votação.

A Assembleia Municipal, com dois votos contra do GM do Chega, deliberou, por maioria, ao abrigo da alínea e), n.º 1 do art.º 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovar a fixação da taxa de participação do Município no IRS de dois mil e vinte seis, em 2, 5%, conforme deliberado em reunião de 02/12/2025 pela Câmara Municipal.-----

7. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2026:

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal:-----

Começou por mencionar a presença do chefe da Divisão Financeira e do Património, Rui Valente, cumprimentando-o a si e aos colaboradores da Divisão, deixando-lhe uma palavra de apreço pelo profissionalismo, rigor e dedicação na elaboração deste documento, neste ano, de uma forma mais célebre do que o normal, atendendo às recentes eleições autárquicas, sendo este, o primeiro Orçamento que este executivo apresenta.-----

De seguida proferiu a seguinte intervenção:-----

“Qualquer primeiro ano de um primeiro mandato, enquanto Presidente, acarretará desafios adicionais, mas é com um elevadíssimo sentido de responsabilidade que avançamos rumo ao ano de 2026, com a confiança de quem acredita que o futuro trará prosperidade e desenvolvimento. Oportunamente, foram definidas as linhas mestras da atuação para o mandato e urge seguir as mesmas em prol de todos os Valecambrenses.-----

2025.12.22

Verificamos que a conjuntura internacional nos deixa muito em incertezas quanto ao futuro da economia. A esta circunstância, alia-se o ato eleitoral para a Presidência da República, o que origina sempre uma alteração das dinâmicas nacionais. No entanto, estou certo que temos condições para Vale de Cambra continuar a crescer.-----

Esta condição alicerça-se também na transparência que queremos continuar a dar à gestão municipal, vertida no Plano e Orçamento para 2026. Devo, no entanto, assumir as dificuldades com que nos debatemos. A manutenção de impostos baixos e as taxas e tarifas reduzidas significam, obviamente, uma mais-valia no que respeita ao custo de vida dos nossos munícipes. Mas há que ter presente o reverso desta medalha. Com o aumento exponencial do custo de bens e serviços, a alocação de recursos financeiros para o investimento é cada vez mais difícil.-----

Neste contexto, o acesso a fundos comunitários assume uma importância crescente e, por isso, este Plano e Orçamento é muito neles assente.-----

Por conseguinte, apostámos de forma muito clara no alargamento da rede de água e saneamento, um pouco por todo o concelho, na aquisição de equipamentos destinados à gestão de resíduos, para fazer face à necessidade ambiental e legal com a gestão dos biorresíduos, na requalificação de campos de jogos e infraestruturas e reabilitação de vias. Tudo isto será feito, sem nunca descurar áreas que, não obstante, virem as necessidades supridas por vias de bens e serviços ou transferências, constituírem efetivamente apostas no investimento e na qualidade de vida da nossa população, a educação, a ação social, refeições escolares, a recolha e tratamento de resíduos urbanos, a varredura urbana, a programação cultural, os eventos desportivos e recreativos. Admitimos e sabemos as condicionantes, mas focamo-nos na certeza de que as ações propostas serão o melhor para o nosso município.-----

Vale de Cambra respeita o seu passado, mas deve olhar para o futuro com ambição. Acredito sinceramente que este documento é mais um passo para este rumo.-----





MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

2025.12.22

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Este orçamento que apresentamos aqui não é apenas um documento financeiro. É um compromisso de confiança com cada Valecambrense; é um plano que entendemos responde às necessidades imediatas sem hipotecar o futuro das próximas gerações.---

Neste orçamento está vertido aquilo que são as despesas naturais do município, com os recursos humanos, a maior fatia, a aquisição de bens e serviços, transferências correntes e as aquisições de bens de capital, investimento, obras, pavimentações, entre outros.-----

Deixar claro aqui alguns pontos daquilo que serão as nossas prioridades e daquilo que é a informação vertida no orçamento. A primeira, já falada hoje aqui muitas vezes, água e saneamento. O maior investimento dos últimos anos nas redes de água e saneamento. Em Maceira de Câmara, em Janardo de São Pedro Castelões, em Arões e em Junqueira, num investimento de 3, 5 milhões de euros, aos quais queremos, nos próximos anos, acrescentar e aumentar, chegando a outras freguesias e aumentando as redes nestas freguesias já mencionadas, assim como, algo que muitas vezes nos esquecemos, a modernização e a requalificação das redes já existentes que carecem naturalmente de manutenção.-----

Falamos também da habitação. A habitação exige respostas, como todos sabemos. Foi um tema muito falado nos últimos tempos, inclusive na última campanha.-----

Este orçamento prevê verbas robustas para a habitação. Avançaremos com a estratégia local de habitação, onde disponibilizamos cerca de 30 habitações para famílias mais carenciadas e queremos, imediatamente, apoiar o acesso à habitação para jovens, com a construção de lotes a custos controlados e com a oferta dos projetos, a esses mesmos jovens.-----

Na educação, continuamos o investimento e o reforço daquilo que fizemos nos últimos quatro anos: A educação, a saúde, a ação social, o desporto, a cultura, penso

2025.12.22



que é claro, foram um dos grandes investimentos dos últimos quatro anos e queremos também continuar a investir nestas áreas. -----

Na educação, investimos mais de 1, 5 milhões de euros partidos neste orçamento. Só em refeições escolares, falamos de mais de 1 milhão de euros. Mais de meio milhão de euros em apoios às nossas crianças e jovens, desde o pré-escolar até o ensino universitário. A isto junta-se o investimento na cultura, no desporto, na educação e na ação social, com cerca de mais de 1 milhão de euros. O acesso à cultura, a qual reformulamos completamente e demos um toque de enormíssima qualidade e diversidade para aquilo que é a oferta aos nossos Valecambrenses, é um direito e um motor de desenvolvimento. Este orçamento garante também um forte apoio às juntas freguesia, às nossas associações, às nossas IPSS e às nossas instituições locais. A nossa prioridade absoluta serão sempre as pessoas.-----

Reforçamos a ação social para proteger os mais vulneráveis, os idosos e as nossas crianças. Só acreditamos num concelho, só acreditamos num bom trabalho em Vale de Cambra, sendo capazes de cuidar de quem mais precisa. -----

Vertemos aqui uma aposta muito clara naquilo que é a gestão dos resíduos e no investimento em obras, nas pavimentações, estradas, caminhos e acessos, na melhoria das infraestruturas, algumas já faladas aqui hoje também, na praia fluvial, nos campos desportivos, no centro de saúde, no Polo de Junqueira, na Praça João de Deus, na Travessa das Flores e em muitas outras.-----

Conclusão: é um orçamento de responsabilidade, é um orçamento que investe na dignidade da habitação, na qualidade da educação, na sustentabilidade dos recursos e na vivacidade da nossa cultura.“ -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos Srs. Deputados Municipais: -----



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

2025.12.22

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- **José Soares**, começou por dizer que o documento revela rigor, uma matriz humanista e uma coerência com o apresentado durante a campanha eleitoral, sendo assegurado o equilíbrio orçamental: tem um superavit da ordem de 1800 mil euros - uma receita efetiva de 28, 8 milhões de euros para uma despesa efetiva de 28 milhões de euros; as receitas correntes de 20, 8 milhões de euros superam em 2 milhões de euros as despesas correntes, que são de 18, 8, havendo um superavit corrente que pode ser alocado ao investimento. -----

Da análise do documento, disse que o critério de equilíbrio orçamental definido pela lei das finanças locais é completamente respeitado, é assegurada a sustentabilidade financeira da Câmara Municipal, não prevê um acréscimo de utilização de empréstimos de dívida, e prevê uma amortização de empréstimos próximo dos 800 mil euros, prevendo-se que a dívida no final deste ano de 2026, se reduza para 7, 2 milhões de euros, dívida que inclui os 2, 3 milhões que foram contraídos para efeito da aquisição das instalações do Martins e Rebello. -----

Demonstrou, pelos valores constantes do Orçamento, que esta aposta no investimento, salientando duas áreas fundamentais, a habitação e o saneamento, em parte também com recurso a fundos comunitários. Referiu-se ao condicionamento das despesas correntes que são rígidas e muito condicionadas pelas transferências de competências que não têm a correspondência em termos de receitas, como é o caso das transferências de competências na área da educação.-----

Disse ser um orçamento que respeita o princípio da equidade intergeracional, onde os compromissos orçamentais e as responsabilidades contingentes não oneram as gerações futuras, estando focado diretamente nas pessoas, com investimentos em habitação, na Estratégia Local de Habitação, no saneamento, nas redes de água e resíduos sólidos, no desporto, na cultura, no ensino e no sistema escolar e no apoio social, refletindo ainda, a perda de algumas receitas a favor dos munícipes, como é o

2025.12.22

caso dos baixos impostos municipais propostos e ali aprovados, que obrigam à priorização da satisfação das necessidades da população de Vale de Cambra, que são múltiplas, e uma grande responsabilidade de gestão, na alocação de recursos. -----

- **Carlos Pinho**, referiu ter sido um documento apresentado poucos meses após uma campanha em que foram assumidos compromissos concretos perante os Valecambrenses, afirmando ser legítimo exigir clareza, detalhe e coerência, constatando haver uma elevada vaguidade para aquilo que pretende ser, o cumprimento formal de requisitos para um Plano que se resume a cinco páginas, com quatro quadros, três dos quais ocupam mais de meia página, duas páginas e meia de texto útil, que são usadas para descrever e sustentar quase 14 milhões de euros nas Grandes Opções do Plano para 2026. Frisou faltar detalhe nas medidas concretas, com objetivos, destinatários e resultados esperados; indicadores e benefícios ou impactos que permitam avaliar se o investimento público produz a mudança; calendarização das medidas plurianuais, nomeadamente água e saneamento, quanto é que se vai fazer em 2026, 2027 e outros anos, numa lógica de prioridade clara; o que é estrutural, o que é circunstancial e, o que é apenas uma continuidade administrativa. -----

Da análise do documento, disse não ver o compromisso com a proteção das pessoas e da floresta, com a robustez que o concelho exige, pois no que diz respeito à limpeza de pequenas faixas junto às vias, facto importante, acha o previsto insuficiente, tendo em conta a vontade expressa pelo atual Vice-Presidente, enquanto Presidente de Junta de Freguesia. Alertou o executivo para o facto de haver programas financiados, em articulação com o ICNF, onde se definem faixas de contenção para impedir ou retardar o avanço dos fogos e proteger as populações e as zonas críticas, lembrando o que foi referido em campanha pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal,



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

2025.12.22

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relativamente às políticas de prevenção e beneficiação da rede viária florestal, perguntando o que iria ser feito concretamente.-----

No seguimento do proferido recentemente em debates públicos, falou do Ecocentro, uma infraestrutura que ganhou alguma dimensão política e social, por ter faltado a auscultação à população sobre a localização, mas que para o qual já existem compromissos de implementação efetiva, havendo, contudo, uma previsão orçamental de 50 euros, pretendendo saber se existe projeto, localização definida, cronograma, modelo de gestão e articulação com recolha seletiva ou se esta, é somente uma rubrica simbólica. -----

Quanto às zonas industriais e ao desenvolvimento da indústria, no plano plurianual de investimentos, existe para o Parque Industrial de Algeriz-Guardal, cerca de 102 mil euros, valor inferior ao valor afeto a rubricas, como as ligadas a eventos e festividades, perguntando se o plano para tornar as zonas industriais mais competitivas se encontra calendarizado para 2026. -----

Tendo em conta verbas de apenas 17 mil e 400 euros para a promoção do comércio e produtos locais, perguntou que iniciativas de estímulo ao comércio local poderiam ser concretizadas com este valor, conforme propostas feitas em campanha há menos de três meses. -----

Sobre os 26 processos judiciais pendentes, muitos ligados a obras públicas, concursos e expropriações com responsabilidades contingentes deste Executivo, superiores a 5, 5 milhões de euros, à data de 20 de novembro, questiona o executivo quanto à leitura que faz sobre esta quantidade e natureza de processos, se existe uma avaliação interna sobre causas recorrentes, se existe um plano para reduzir o contencioso, em que medidas e com que prazos, qual a exposição efetiva do Município, que provisões existem, qual a probabilidade de perda estimada e qual o impacto potencial para o

2025.12.22

Orçamento de 2026. Perguntou ainda se desde novembro até à data existe algum processo entreposto contra a Câmara Municipal.-----

Caraterizou o documento como curto, pouco detalhado, que não permite perceber com segurança o que muda em 2026, onde se quer chegar e com que prioridades, pelo que o PSD fará uma oposição responsável, com a exigência de detalhe, metas, calendário e respostas objetivas, porque perante um Orçamento Municipal, intervimos na vida concreta das pessoas, na segurança, no desenvolvimento económico e na credibilidade das instituições.-----

- **José Pinheiro** deu nota de que fazer um Orçamento Municipal é sempre um exercício difícil, dado que os meios não são os suficientes para concretização de tudo o que se pretende, surgindo sempre dificuldades para conseguir que este traduza as grandes linhas orientadoras do desenvolvimento do município, que se refletem nas áreas de investimento como a área de habitação pelo insuficiente número de habitações para pessoas que vivem com enormes dificuldades; como na área da água e do saneamento, onde todas as forças políticas corroboram a absoluta necessidade; como na área dos resíduos sólidos urbanos, uma preocupação e onde se investem quantias; como a área da educação, da ação social, do apoio aos que, efetivamente, são mais necessitados.-----

Sobre a educação, referiu haver uma preocupação constante nessa área, que se pretende seja de qualidade, tenha espaços de qualidade, requalificados, com um nível superior no serviço das refeições escolares, serviço que envolve uma verba **substancial**;-----

Na área da cultura, que com o novo Centro de Artes e Espetáculos de Vale de Cambra onde decorrem espetáculos que parabeniza, pela sua brilhante qualidade, mas que exigem investimento;-----



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

2025.12.22

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Na área da saúde, como o Centro de Saúde e a Unidade de Saúde Junqueira, onde atualmente decorre a requalificação dos espaços que representam um investimento considerável;-----

Na área do desporto, existem instalações desportivas que vão ser alvo de melhoramentos que envolvem verbas consideráveis, verbas a que se junta as do apoio ao associativismo, tanto associações desportivas como culturais, não esquecendo as Instituições Particulares de Solidariedade Social, porque todas desempenham um notável serviço à nossa comunidade. Falando de apoios, referiu a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, as duas EIP a esta ligadas, todas afetas à proteção e socorro dos Valecambrenses, na gestão das áreas florestais e que merecem ser apoiadas, através de uma verba anual, viaturas e equipamentos.-----

Mais disse que em todos os executivos, independentemente do partido, haverá, logo no início do ano, a incorporação do saldo da conta de gerência, reforçando algumas das rubricas com verbas mínimas, além de outras verbas provenientes de candidaturas, cujo valor não é visível no Orçamento, mas vai permitir abranger mais áreas, achando ser este um orçamento que permitirá continuar a desenvolver o concelho nas suas mais variadas vertentes. -----

- Maria José Aguiar disse esperar um orçamento mais arrojado e com melhorias para os Valecambrenses, constatando, o seu GM, que existe uma continuidade, conforme verificou pela intervenção do Deputado Municipal José Pinheiro. Considera que o documento tem intenções, vindas de eventuais promessas eleitorais, de quando se acreditava que tudo seria fácil ou até já estaria executado, perguntando onde estaria o cabimento real para a execução deste Plano, pois gostaria que o CDS executasse efetivamente o Orçamento a que se propõe, porque infelizmente, para todos os Valecambrenses, nunca o fez e teme que essa concretização nunca se efetive, pois ao longo dos últimos 12 anos, tem executado sempre menos de 30% daquilo a que se propôs fazer, apesar da intenção de investimentos a rondar os 8,5 milhões de euros.

2025.12.22

Perguntou qual a taxa de co-financiamento para cada uma das obras "chave" e qual o calendário de concursos e quais os riscos de derrapagem. -----

Preveem para a água e o saneamento, um investimento de 1,7 milhões e para vias públicas, 853 mil, mas, o Sr. deputado municipal e anterior Presidente da Câmara, José Pinheiro, que esteve na Câmara durante 12 anos, diz que tudo fez, perguntando onde é que esteve vertido nos orçamentos anteriores durante estes 12 anos, este investimento na água e saneamento, dado que, ao que parece, agora é que se vai fazer um forte investimento, esperando que não fique pelo caminho, porque, o que os cidadãos Valecambrenses têm visto, assim como ela própria, é que nas freguesias tanto as circundantes, como em várias freguesias do nosso concelho, existem tampas de saneamento, mas quando se abrem, lá de baixo, nada passa. -----

Havendo investimentos como os anunciados, pretende saber quando será apresentada a lista de obras, as localizações, as fases de projeto e de obra das mesmas, as fontes de financiamento, um cronograma trimestral, frisando que o que vai ser votado, nada mais será do que intenções e não futuras execuções.-----

Terminando, perguntou qual é o valor atualizado do saldo de gerência de 2025 que transitará para 2026 e quais são as prioridades que estão desde já definidas para esse saldo.

- **Armando Pina** disse que todos vão votar um Orçamento para depois a Câmara Municipal fazer o que quer. -----

Sobre o processo do Almeida & Freitas e sobre a existência da contingência de cerca de 2 milhões, valor idêntico ao investido no Martins & Rebello, pretende saber qual o impacto deste valor no Orçamento. -----

Da análise do documento, verificou que prometem baixar em 6%, os fornecimentos de serviços externos, verificando que pelo Natal, o valor duplicou, o que, a ser assim, se entrará em déficit ainda em 2025 continuando em 2026. -----

Existe falta de informação, acreditando ser porque o novo Presidente da Câmara Municipal ainda não domina o assunto, falando dos documentos Orçamento e Plano de atividades, podendo ser verificado que os custos em mão de obra são flagrantes,



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

2025.12.22

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

especificamente, os com pessoal da Câmara Municipal, e que este deve ter em conta o valor das receitas face a esses custos. -----

Outra questão sobre a qual quer que seja feita uma reflexão, prende-se com o facto de se contrair um empréstimo para comprar o Martins & Rebello, quando se tem cerca de 10 milhões em caixa e já se deviam 5 milhões a que se vieram juntar mais 2 milhões, o que veio somente aumentar o pagamento de impostos. -----

Frisou que os últimos orçamentos foram defendidos pelo Sr. deputado municipal, José Soares e também pelo ex-presidente, agora deputado municipal, José Pinheiro, mas Vale de Câmara continua na mesma, estagnou, estagnou, estagnou, estagnou, frisou.---

Em relação à água e saneamento, disse estarem previstos no orçamento cerca de 1,7 milhões, mas o Sr. Presidente disse que eram cerca de 3 milhões em candidaturas, perguntando, e dado que estamos no ano de 2025, o que são 3 milhões, num município que não investiu nada em água e saneamento nos últimos anos. -----

Neste momento, por serem 24 horas, a Sr.ª Presidente da Mesa pediu ao deputado municipal Armando Pina, uma breve pausa na sua intervenção porque, atendendo ao n.º 1, do artigo 13.º do Regimento da Assembleia Municipal de Vale de Cambra que refere que a sessão da Assembleia Municipal não pode prolongar-se para além das 24 horas salvo deliberação expressa do plenário, **a Mesa teria de propor à consideração dos membros da Assembleia Municipal a continuação da sessão, o que foi deliberado por unanimidade.** -----

Continuando a intervenção, Armando Pina referiu-se à existência de 10 milhões e à “almofada financeira” mencionada pelo deputado municipal José Soares, que lhe pareceu ser de 18 ou 19 milhões, não entendendo, assim, a razão de se pedir este empréstimo de 2 milhões. -----

- **José Soares** contrapondo o referido, disse existir um paradoxo nas intervenções do GM do Chega, pois se por um lado afirmam que o Orçamento não vai ser cumprido,

2025.12.22

por outro ele vai ser cumprido porque existe um saldo de cerca de 10 milhões. Contudo, estes valores que existem nas contas não podem ser desviados para outra finalidade, sendo o orçamentado, um documento rígido e que tem de ser cumprido. ---

- **João Carlos Pinho**, sobre as intervenções que pedem elementos específicos de uma obra, como o projeto, planos, etc, referiu que se debate neste momento, um documento previsional, constituído por um Orçamento e um Plano de Atividades. Só no ano de 2027, quando se analisarem as Contas, se poderá efetivamente saber o que foi executado, o que foi pago por essa execução, sendo este um documento político. ---

Acrescentou que, apesar de se estar perante um novo executivo, dois dos seus elementos transitaram do mandato anterior e têm uma equipa técnica à qual transmitiram as orientações políticas para a preparação deste documento. -----

Deixou ainda a nota de que a tomada de posse ocorreu há 50 dias e, tirando os primeiros dois ou três dias para ver todos os processos, em termos líquidos, sobraram cerca de 30 dias para preparar um documento previsional, de intenções como todos eles, sendo importante ter a capacidade para perceber se o Executivo Municipal passou das intenções aos atos e, efetivamente concretizou no “terreno” o que se propôs sem quaisquer dúvidas e entropias no processo.-----

Sobre a questão de, em vez de 3,6 milhões, não se utilizar 2 milhões de cada ano e se destinar 4 milhões a redes de água e saneamento, pensa que estão a confundir as coisas, porque o referido pelo Sr. Presidente foi que, 3,6 milhões provinham de candidaturas que foram feitas. -----

Mais disse que, havendo capacidade de endividamento, a Câmara Municipal pode recorrer à banca, pois só assim, consegue ser “elástico” qualquer Orçamento. -----

Deixou, por último, uma nota sobre a menção à palavra campanha, que ao referi-la na sua intervenção na última sessão, quase lhe era tirada a palavra, tendo hoje ouvido falar em campanha umas 7 ou 8 vezes, mas nada foi dito. -----





MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

2025.12.22

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Respondendo à interpelação feita à Mesa, a Sr.ª Presidente frisou que na intervenção do deputado municipal, este frisou que o Sr. Presidente da Câmara teve somente 30 dias para preparar o Orçamento, não tempo permitido que a Senhora Presidente da Mesa tivesse os seus erros numa primeira sessão da Assembleia Municipal, registando esse gesto de solidariedade. -----

Sobre a questão, e tendo já ouvido outro comentário sobre o assunto por parte da mesmo Grupo Municipal, que achou, por brincadeira, agora, sente que existe um mau estar esclarecendo nunca ter sido sua intenção retirar a palavra a ninguém, estando a ser explorada uma situação ocorrida numa primeira sessão desta Assembleia, o que não acha ser nem positivo nem dignificar a democracia. -----

- **Armando Pina**, sobre a explicação do DM José Soares, interpretou que se houver dinheiro em caixa, não se realizam obras, porque têm de ser atribuídos a certas rubricas, não querendo comentar tal situação. -----

Quanto ao número de membros do executivo que vinham do mandato anterior, como referiu o DM João Carlos, disse que o Sr. Presidente tem ao seu serviço, os mesmos nomes do mandato anterior, acrescentando que, "segundo o que se fala", não terem sido os melhores nomes. -----

- **Pedindo a palavra, o DM José Pinheiro** referiu-se ao proferido sobre as caixas de saneamento, dizendo não ser verdade a afirmação feita, porque nos últimos anos, se fizeram investimentos consideráveis em redes de água e saneamento, em Fuste, Função, Santa Cruz, Macieira de Cambra, Paçô, Casal de Arão, Cavião, Sandiães. -----

Corroborando o esclarecimento prestado pelo DM José Soares, disse existirem valores cativos, compromissos feitos aquando do início de uma obra, que, enquanto esta não for integralmente executada, o município tem de ter o valor cativo, possuindo cerca de 5 milhões de obras em curso, daí, a existência deste valor em caixa. -----

2025.12.22

A Sr.ª Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que começou por responder quanto aos dados e informações vertidos no Orçamento que são reunidos em algumas páginas, que, como foi referido, de leitura muito difícil de fazer, e para que ficassem claras as informações, passou a citar algumas áreas ali discutidas:-----

- Zona Industriais: Algeriz, 100 mil euros em 2026, 400 mil euros em 2027; -----

- Habitação: projeto para execução de loteamento de 160 mil euros, 2 milhões de euros em habitação. -----

- Praia Fluvial, 500 mil euros. -----

- Campos, 600 mil euros. -----

- Água e saneamento, 3,5 milhões de duas candidaturas: -----

Especificando => 2026, 1,5 milhão para saneamento, 200 mil euros para a água; 2027, 300 mil euros para saneamento, 200 mil euros para a água; 2028, 500 mil euros para saneamento, 200 mil euros para a água; 2029, 500 mil euros para saneamento, 200 mil euros para a água. -----

- Juntas Freguesia, aproximadamente 400 mil euros. -----

- IPSS e Bombeiros, aproximadamente 300 mil euros. -----

- Martins & Rebello, 100 mil euros no primeiro ano; 1 milhão de euros em 2027, 2 milhões de euros em 2028 e outros valores, conforme plasmado no orçamento. -----

Sobre o Ecocentro, informou estar a rubrica aberta com baixo valor, que será reforçada com a incorporação do saldo de gerência em fevereiro, tendo sido constituída, imediatamente após a decisão da não execução do ecocentro em Macieira de Câmara, tendo sido constituída uma equipa que inclui técnicos do município, o vereador responsável pelo pelouro e todos os Presidentes de Junta, para decidirem qual será a melhor localização para a infraestrutura.



Mais disse ser este, o seu primeiro orçamento, que caracteriza de rigoroso, responsável, e ao mesmo tempo arrojado e ambicioso, não concordando com o proferido pela DM do Chega, Maria José Aguiar. -----

Sobre o investimento em redes de água e de saneamento, informou que foram submetidas as candidaturas, foram financiadas, prevendo-se que os concursos sejam abertos no primeiro semestre de 2026 para que a obra se inicie em 2027. -----

Sobre a contingência com o Almeida & Freitas, mais tarde prestará essa informação. --

Disse já se ter referido ao valor financiado para água e saneamento, tendo também, a Câmara Municipal de investir capitais próprios em 2026, 2027, 2028 e 2029. -----

Sobre o Saldo de Gerência, apesar de ainda não ser um valor certo, este rondará os 6 ou 7 milhões, os quais serão vertidos no Orçamento proposto. -----

Sobre o investimento nas áreas de floresta e gestão de combustível, informou que seriam reforçadas as verbas, tendo-se já adquirido um veículo que irá ajudar a desempenhar tarefas nesta área, outro veículo que será usado pelos bombeiros voluntários e, falando de veículos, informou que adquiriram dois veículos motorizados para uso da Guarda Nacional Republicana de Vale de Cambra, todos eles, no sentido de melhorar a prestação de um melhor serviço pelas nossas instituições.

No âmbito da gestão de combustível, também uma preocupação do executivo, disse que já foi realizada uma primeira reunião muito informal, e pretende articular com as Juntas de Freguesia um trabalho de cooperação entre Câmara Municipal, principalmente com aquelas que têm uma área florestal maior. -----

Dando uma resposta ao DM do Chega, Armando Pina, pela sua afirmação relativamente às escolhas dos membros do seu Gabinete de Apoio Pessoal, disse defender os nomes escolhidos, porque acredita na sua competência, no seu profissionalismo e, acima de tudo, acredita na sua qualidade como seres humanos, o mesmo se aplicando aos vereadores que o acompanham, aos membros da suo Grupo

2025.12.22

Municipal da Assembleia Municipal, tendo muito respeito por todos eles, inclusive e também, por todos os membros das restantes bancadas, não tendo sido de bom tom, o comentário sobre a sua decisão quanto à constituição do Gabinete. -----

Pedindo a palavra, a DM Maria José Aguiar questionou se os montantes por si elencados, iriam ser mesmo usados e aplicados, ou se o Orçamento ficará, como nos executivos anteriores, também da era CDS, pelos 30% de execução, tendo em conta os cerca de 6 milhões de euros do saldo de gerência que transita de 2025 para 2026, que comprovam a taxa de execução referida, esperando que, aquele executivo, no final do ano, não tenha o mesmo resultado.-----

Não havendo mais intervenções. foi colocado o ponto à votação -----

A Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL e conforme deliberado em reunião de 11/12/2025 pela Câmara Municipal, após votação na forma usual, obteve quinze abstenções dos GM do Chega e do PSD, treze votos a favor dos GM do CDS e do PS, **deliberou por maioria**, aprovar os documentos que compõem as Grandes Opções do Plano 2026-2030 e o Orçamento 2026.-----

Declaração de voto do GM do PSD, proferido pelo deputado municipal, Carlos Pinho: -----

“o Grupo Municipal do PSD, no âmbito da apreciação do Plano e Orçamento para 2026, apresenta a seguinte declaração de voto. -----

“O nosso sentido de voto é a abstenção. -----

Fazemo-lo com a mais elevada consideração pelos Valecambrenses e pelo interesse público municipal. Entendemos que o concelho precisa de um orçamento em vigor, que assegure a continuidade dos serviços, a execução dos compromissos essenciais e a capacidade de resposta do Município. Num contexto de incerteza económica e social, que se pode agravar em 2026, não consideramos responsável contribuir para

**MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA**
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2025.12.22

um cenário de bloqueio ou de criação de obstáculos adicionais à gestão corrente e aos investimentos necessários. -----

Contudo, a abstenção não significa concordância com o documento apresentado. Pelo contrário, o Plano e Orçamento para 2026 evidencia lacunas relevantes, já devidamente expostas na nossa intervenção, que limitam a transparência, o escrutínio e a avaliação da ação do Executivo. -----

Em particular, destacamos: -----

- A excessiva vaguidade do documento, com insuficiente detalhe sobre medidas concretas, metas, calendarização e impactos esperados, reduzindo a utilidade do Plano enquanto instrumento de planeamento e prestação de contas; -----

- A fraca evidência de compromissos assumidos pelo Executivo recentemente, nomeadamente em áreas estruturantes como o desenvolvimento económico e industrial, o comércio local e projetos anunciados, que surgem com dotações pouco compatíveis com a ambição expressa; -----

- A necessidade de maior clarificação e robustez em várias matérias, onde os valores e a programação plurianual são simbólicos, levantam dúvidas e carecem de explicitação; -----

- As preocupações associadas ao risco e ao impacto do contencioso municipal, pela dimensão das responsabilidades contingentes e pela necessidade de existir um plano de prevenção e mitigação. -----

Assim, o PSD opta por uma posição equilibrada: não inviabilizamos um instrumento necessário ao funcionamento do Município, mas deixamos claro que este Plano e Orçamento, como está, não responde ao nível de detalhe e compromisso que Vale de Cambra exige. -----

Reiteramos a nossa disponibilidade para uma oposição responsável, exigente e construtiva, acompanhando a execução orçamental, solicitando esclarecimentos e

2025.12.22

propondo melhorias sempre que tal se revele necessário, em defesa do interesse do concelho e dos Valecambrenses.”-----

Declaração de voto do deputado municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, Victor Tavares: “Voto favoravelmente este orçamento, convicto de que desta forma, defendo os interesses de Macieira de Cambra e de todos os Macieirenses. Acredito na execução deste orçamento e este meu voto é também um voto de confiança neste executivo. Confiança em melhores condições de vida, conforto e bem-estar de todos os Macieirenses sem exceção.”-----

Conforme pedido, a Sr.ª Presidente da Mesa concedeu a palavra aos Deputados Municipais, para intervenções ao abrigo do artigo 33.º do Regimento da Assembleia Municipal: -----

- **Armando Pina** disse concordar com o Sr. Presidente da Câmara Municipal, pois que, realmente não devia ter-se referido às escolhas que fez para a constituição do seu Gabinete de Apoio Pessoal, afirmando que as palavras não eram suas, sendo palavras ditas “lá fora”, tendo ouvido ainda pior, que “o Presidente chama-se André Pinheiro”, voltando a frisar que não eram palavras suas. -----

- **José Pinheiro** disse que em política, não vale tudo, estando, como Presidente da Câmara Municipal cessante, sempre disponível a colaborar com esta Câmara, com os Deputados Municipais, naquilo que lhe for solicitado, contudo, o seu afastamento é uma realidade, não podendo concordar com a afirmação gratuita e de mau tom, que foi ali feita. -----

- **André Silva, Presidente da Câmara Municipal**, pedindo a palavra, afirmou que a Câmara Municipal de Vale de Câmara é gerida pelo Presidente da Câmara e pelos vereadores em funções, estando o DM Armando Pina a confundir uma força política nacional, onde sempre se juntam os militantes ao seu grande líder, o que não acontece na presente Câmara Municipal de Vale de Câmara. -----



- **Maria José Aguiar** frisou que o seu colega, Armando Pina, se retratou, dizendo que as palavras não eram dele, não havendo a necessidade de focar o que se passa a nível nacional, tendo o partido Chega muita honra pelo seu percurso de seis anos, digno, e assim continuará. -----

A Sr.ª Presidente da Mesa pediu o respeito e consideração que todos devem ter uns pelos outros, porque são os altos dignitários da confiança dos Valecambrenses e estes merecem que estes tenham essa elevação, encerrando o assunto. -----

8. MAPA DE PESSOAL 2026: -----

A Sr.ª Presidente da Mesa deu nota, conforme informação recebida, de que o documento distribuído inicialmente teve uma pequena alteração quanto à sua forma de apresentação, que passou pela união de duas linhas, passando a informação a constar numa única linha, alteração que coloca à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, referindo este, que o Mapa de Pessoal está de acordo com o novo referencial de competências para administração pública, promovendo-se uma gestão integrada dos recursos humanos, alinhando as competências dos trabalhadores com a estratégia, a cultura e os valores do município. -----

Disse ter sido elaborado tendo em conta a restrição de custos de acordo com o Orçamento de 2026 e, não fossem as atualizações salariais e as progressões na carreira, os respetivos custos seriam inferiores aos custos orçamentados no mapa de pessoal de 2025.-----

Procurou-se fazer uma contenção ao número total de lugares, totalizando este mapa cerca de 360 lugares, entre ocupados e não ocupados, tendo diminuído face ao ano anterior, o que já tinha acontecido no ano anterior, acrescentando que na presente

2025.12.22

proposta é previsto um lugar de um técnico superior na área das candidaturas, um fiscal municipal e dois assistentes operacionais para as escolas. -----

A Sr.ª Presidente deu a palavra aos Deputados Municipais:

- **João Carlos Pinho** disse ver com agrado a criação de um lugar de um técnico superior na área das candidaturas, por ser fundamental o município ter um especialista nesta área, que possa, além de fazer as candidaturas para o município, também dar apoio aos empresários.

Relativamente à criação de um lugar para fiscal municipal, considera a opção correta, dado que, com a vaga deixada pelo atual Vice-Presidente da Câmara, havia a necessidade do preenchimento da mesma. -----

- **Ana Rita Martins** louva a criação do lugar de um técnico para a gestão das candidaturas, esperando que se concretize a sua admissão e se possam conseguir mais processos aprovados, dado que nos últimos 12 anos, nem sempre isso aconteceu.-----

Afirmou que o GM PPD/PSD se iria abster nesta votação, conforme posição assumida na reunião da Câmara Municipal pelos vereadores do seu partido, apesar desta não significar uma rejeição do documento nem tão pouco a desvalorização do trabalho desenvolvido pelos serviços municipais, mas sim porque resulta de um entendimento responsável de que este mapa carece ainda de uma visão mais estratégica sobre a gestão de 330 pessoas que diariamente garantem o funcionamento da Câmara Municipal, através da prestação de serviços essenciais à população, sendo inequívoca a importância deste ativo municipal, pretendo o GM, sobretudo, entender se os recursos humanos estão adequadamente distribuídos, se existe mobilidade interna que permita aproveitar competências já existentes, se os trabalhadores se sentem ouvidos, reconhecidos e valorizados. Assim recomenda a realização de um



**MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA**
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2025.12.22

diagnóstico interno de satisfação e de clima organizacional que permita conhecer a realidade vivida pelos trabalhadores e apoiar decisões futuras mais informadas. -----

Face às exigências atuais da Administração Pública, tanto em competências digitais como em atualização técnica e administrativa, de prevenção de riscos psicossociais e comportamentos aditivos em contexto laboral, considera insuficiente para a formação profissional, em 2026, uma verba de 16 mil euros, que corresponde a cerca de 50 euros por trabalhador e, sem formação adequada não há modernização, não há melhoria do serviço público.-----

Referiu-se ainda à valorização das carreiras que contribui para a motivação dos trabalhadores, a progressão, o reconhecimento do mérito e a previsibilidade nas trajetórias profissionais, fatores decisivos para o compromisso e estabilidade das equipas. -----

Sobre o SIADAP, apesar das suas limitações legais continua a ser percecionado como um fator de injustiça e desmotivação, pelo que defendem uma aplicação tão transparente e equitativa quanto possível. -----

Defendem ainda um mapa de pessoal que seja um instrumento estratégico de gestão de recursos humanos centrado nas pessoas, na sua valorização, na formação contínua e na dignificação das carreiras, o que, em seu entendimento, são quesitos não estão plenamente refletidos no documento apresentado, pelo que optam pela abstenção, mantendo uma postura construtiva e disponível para construir uma política de recursos humanos mais próxima, mais justa e mais humana. -----

- **José Soares** manifestou a sua concordância com a criação do pelouro dos fundos comunitários e na afetação de um técnico superior, que também fique responsável pelo gabinete de apoio ao empresário, fundamentalmente para as pequenas, médias e microempresas e, dando continuidade ao bom aproveitamento dos fundos comunitários, relembra que no PT-20 20, que já está fechado, na esfera municipal, o

A
JMS
9

2025.12.22

município de Vale de Cambra foi dos 17 municípios da Área Metropolitana do Porto que maiores fundos comunitários conseguiu, por habitante. -----

O ponto foi colocado à votação. -----

A Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea o), do n.º 1, do art.º 25.º, do RJAL e conforme deliberado em reunião de 11/12/2025 pela Câmara Municipal, após votação na forma usual, obteve quinze abstenções dos GM do Chega e do PSD, treze votos a favor dos GM do CDS e do PS, e, não havendo votos contra no plenário e a abstenção não afetar a aprovação, pela maioria dos votos favoráveis, deliberou aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2026, após, em conformidade com votação separada, aceitar as correções propostas na sessão, pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

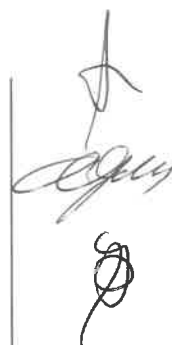
9. REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE RESPOSTA HABITACIONAL AO ABRIGO DO PROGRAMA 1º DIREITO, DO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA: ---

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que referiu ter sido feito o procedimento de consulta, mostrando-se disponível para qualquer esclarecimento. -----

A Sr.ª Presidente da Mesa deu a palavra aos Deputados Municipais: -----

- **Sandra Pinho** cumprimentou todos os presentes e quantos se encontravam a assistir à sessão online e proferiu a seguinte intervenção: -----

“O tema que hoje discutimos é sensível e exige simultaneamente ambição social e rigor processual. O 1º Direito exige para apoiar soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições indignas e sem capacidade financeira para suportar o acesso a uma habitação adequada. No mesmo enquadramento, o papel do município é determinante, desde o diagnóstico e programação até a concretização das respostas enquadradas numa estratégia local de habitação. É precisamente por reconhecer a importância deste instrumento que trago com base na análise enviada, um conjunto



**MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA**
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2025.12.22

de dúvidas, objetivas e pontos a clarificar para que a aplicação do Regulamento seja transparente, previsível e justa para todas as famílias. -----

O Regulamento elenca prioridades, mas da análise verificamos que não ficam definidos critérios de desempate quando existem agregados em condições equivalentes. Como será, Sr. Presidente? Fica ao critério de quem analisa ou é uma falha do Regulamento? Também na matriz de classificações existem situações em que a pontuação é a determinar pelos serviços, o que pode gerar falta de uniformidade, mesmo com equipas competentes e bem-intencionadas. Também se aponta a falta de clareza sobre o acumulado de pontuações e sobre a atualização automática quando o salário mínimo nacional muda. Sugere-se a criação de grelhas orientadoras públicas exemplos práticos e regras explícitas da atualização. A lista documental extensa pode, na prática, afastar precisamente quem está em maior necessidade, sem abrigo, famílias em situações precárias, pessoas sem rede de apoio. E a análise questiona quem irá assegurar apoio efetivo na preparação dos processos. Também se identifica que a visita técnica para a confirmação da situação não tem prazos definidos o que pode atrasar decisões e agravar situações urgentes. Como proposta, sugere-se a definição de prazos máximos por etapa: Receção, análise, visita, decisão. -----

E o mecanismo municipal de apoio ao candidato, balcão ou mediador social para que o acesso não seja apenas formal, mas efetivo. É preocupante a ausência de uma fórmula explícita para cálculo de rendas por tipologia, como posição do agregado e rendimentos. No universo do arrendamento apoiado, por exemplo, a renda é calculada em função dos rendimentos do agregado com regras e limites legalmente enquadrados no portal da habitação. A intenção é aplicar o regime do arrendamento apoiado ou um modelo equivalente e publicitar a fórmula? Se não, qual é o modelo? Que variáveis serão consideradas? Quais as ponderações e quais os limites de esforço serão assumidos? Da leitura, não é claro como se procederá a exclusão de agregados



que já beneficiaram de apoio público anterior, sem clarificar se a exclusão é definitiva ou temporária. Pode gerar decisões desiguais e contencioso e evitável aliás, é reconhecido que o sucesso e precariedade estão intimamente ligados às capacidades intelectuais. Senhor Presidente, o Regulamento não diz como são tratadas situações crónicas. Como será? -----

A adequação não é apenas tamanho, é também localização e integração: coloco um caso prático: Uma família elegível, com filhos, com trabalho e escolas, alguns no centro de Vale de Cambra, vê como solução disponível com tipologia adequada situada numa zona afastada, por exemplo, na zona alta do concelho. Numa política pública orientada para respostas adequadas, esta distância pode significar custos de transporte, ruturas escolares, perda de rede de apoio e maior vulnerabilidade. Mesmo que a casa, em termos físicos, seja adequada, que critérios prevê o Executivo para compatibilizar tipologia mais localização? Existirá um mecanismo de ajuste, faseamento ou soluções intermédias devidamente regulamentadas? -----

Senhor Presidente, gostaria que lesse o artigo 17.º que descreve os rendimentos incluídos numa fórmula de cálculo desconhecida. Tem algo a comentar sobre o mesmo? Da leitura que fizemos do artigo 17º e salvo melhor interpretação, os rendimentos de capital estão excluídos. São exemplos, dividendos de ações cotadas, rendimentos de propriedade intelectual e outros que não sejam regulares. O cálculo da renda exclui, portanto, este tipo de rendimentos. Confirma, Senhor Presidente?-----

Gostaria que o Senhor Presidente nos esclarecesse de como se mede ou como os seus técnicos vão medir melhorias significativas das condições económicas, com vista à terminação do contrato. -----

Em suma, o regulamento é uma peça essencial para operacionalizar uma resposta que o concelho precisa, mas, para ser eficaz e respeitado, deve reduzir ambiguidades, fixar

**MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA**
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2025.12.22

critérios verificáveis e garantir que a decisão administrativa é rastreável, uniforme e compreensível para qualquer munícipe. Não é isso que este regulamento apresenta.”-

- **João Carlos Pinho** referiu que Vale de Cambra tem uma rede social forte e tem um Conselho Local de Ação Social onde estão representadas todas as IPSS, as Juntas de Freguesia e outras entidades, dos quais Vale de Cambra se devia orgulhar.-----

Apesar de achar excelente, disse não entender a intervenção com contributos para um Regulamento, do qual já decorreu o prazo de inquérito público de 30 dias, entre 27/10 e 25/11, conforme deliberação da Câmara Municipal, estando a deputada municipal nestas datas, em funções durante 23 dias, pelo que poderia ter apresentado contributos, mas o único contributo recolhido foi o da responsável da respetiva área em relação à redação do ponto 1. -----

Quando diz que se deviam priorizar as pessoas sem abrigo, lendo o Anexo II deste regulamento, consta, matriz de classificação das candidaturas, carência habitacional, sem teto e sem abrigo, 10 pontos que é a pontuação máxima. Não põe em causa o conjunto de sugestões que colocou, só não entende porque não as apresentou aquando do inquérito público. -----

- **Carlos Pinho** disse haver muitos documentos em consulta pública, mas nem sempre a comunicação funciona. A partir de agora estarão atentos, disse, contudo sugere melhorar a forma de divulgação destas consultas públicas, podendo ser diretamente comunicadas aos Deputados Municipais, porque têm todo o interesse em fazer estas contribuições no sentido construtivo.-----

Mais disse que o seu GM votaria a favor, mas que valia a pena verificar, com mais cuidado, o artigo 17 do Regulamento, frisando que qualquer Regulamento deve ser sempre analisado pelas diferentes perspetivas. -----

A Sr.ª Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que, apesar do assunto ter sido acompanhado pela vereadora do pelouro, Mónica Seixas, tentará

2025.12.22

responder. Começou por dizer que este regulamento define as regras da atribuição de habitações e define os critérios de cálculo da renda apoiada em conformidade com a legislação nacional aplicável, garantindo que os encargos habitacionais sejam proporcionais ao rendimento dos agregados familiares. -----

Referiu que o DM Carlos Pinho mencionou o artigo 8.º e a tabela onde consta a lista de hierarquização das candidaturas e informou que está prevista a candidatura da Inclusão Social e que será uma equipa multidisciplinar que fará o acompanhamento das pessoas que vão ser integradas e a sua reavaliação individual.-----

O Ponto foi colocado à votação. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ao abrigo da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º do RJAL, conforme deliberado em reunião de 11/12/2025 pela Câmara Municipal, aprovar o Regulamento Municipal de atribuição de resposta habitacional ao abrigo do Programa 1.º Direito do Município de Vale de Cambra.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE setembro, na sua atual versão: -----

Registaram-se duas intervenções:-----

- **Jorge Correia** cumprimentou todos os presentes e quantos os que assistiam à sessão online.-----

Disse ter falado, na sessão de setembro, das oficinas de metalomecânica da Escola Secundária de Vale de Cambra e do seu estado obsoleto e do facto de se ter perdido a possibilidade de as modernizar através um financiamento, por perda de duas candidaturas ao PRR, projeto CTE, tendo, então, recebido como resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, que nada poderia fazer, por ser, a escola, propriedade da Parque Escolar. -----

**MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA**
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2025.12.22

Por publicação online, ficou a saber que o atual Sr. Presidente da Câmara iria iniciar um processo para a renovação dos equipamentos da Escola Secundária de Vale de Cambra, pedindo um esclarecimento sobre o que mudou, para que seja agora a Câmara Municipal este processo que há muito aguarda.-----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que as candidaturas no âmbito do projeto CTE não eram da responsabilidade da Câmara Municipal, tendo essa candidatura de ser feita pelo Agrupamento. -----

Neste momento, a Câmara Municipal teve a oportunidade de fazer uma candidatura para um financiamento de cerca de 900 mil euros, podendo 40% desse valor, ser destinado à aquisição de material para diferentes instituições, estruturas ou para diferentes investimentos, e, entendendo a importância e a necessidade extrema da substituição e renovação dos equipamentos, a Câmara Municipal tomou a decisão de alocar parte dessa verba à aquisição desses equipamentos, por não haver nessa candidatura, qualquer obrigação quanto à instituição a apoiar, nem a que tipo de equipamentos, por não ser definida uma área específica. Como tem sido, a área da educação, uma área que a Câmara Municipal defende, nesta continuará a investir, sendo 400 mil euros previstos para renovar e equipar as oficinas da escola, conforme procedimento que será gerido pelo Agrupamento, tendo sido já realizadas com o respetivo Diretor, neste espaço de 50 dias de executivo, como ali já foi referido, duas reuniões sobre o assunto. -----

- **José Pedro Vieira de Almeida** cumprimentou todos os presentes e quantos os que assistiam à sessão online. -----

Pretende deixar um considerando sobre a participação dos cidadãos no Período de Intervenção do Público, dizendo que quem quer participar ativamente, tem de esperar até ao final da sessão, o que, naquele dia, já quase madrugada, não devendo a nova governação local usar os velhos modelos, optando por uma gestão pública com

2025.12.22

foco na eficiência e no resultado onde os cidadãos possam ser parceiros na construção das decisões, que moldam a vida dos munícipes, mas que, para o uso da palavra, não tenha de esperar até esta hora.

Pede a votação imediata da alteração ao regimento, no que este ponto de intervenção do público diz respeito, permitindo que, à semelhança de concelhos vizinhos, o cidadão possa intervir antes e depois do período da ordem do dia, isto porque uma democracia facilita, acolhe, respeita e cresce, aproxima e transforma. -----

A Sr.ª Presidente da Mesa agradeceu a intervenção, informando o munícipe que essa é uma opinião comum aos membros agora eleitos, já discutida com o executivo, tendo já sido constituída uma Comissão por deliberação em anterior sessão, para alterar o Regimento que não sofre alterações desde 2024, e, por achar essa situação injusta e desmotivadora, será tido em consideração nessa Revisão Regimental que será presente à primeira sessão de 2026, a hora da realização do Período de Intervenção do Público. -----

Por último, os líderes dos Grupos Municipais e o 1º Secretário, em nome da MESA da Assembleia Municipal, fizeram uma intervenção de votos de Boas Festas e Feliz Ano Novo, que se transcreve: -----

- José Soares do Grupo Municipal do CDS: “Para os Valecambrenses, independentemente do crédito religioso de cada um, e para todos, o Natal é naturalmente uma data congregadora, uma data de amizade, família, e o Grupo Municipal do CDS deseja que todos os Cambrenses tenham um Natal muito Feliz, e que o próximo Ano Novo seja um ano em que realizem tudo o que desejam, e que o CDS aqui presente esteja à vossa altura, para poder ajudar a criar as melhores condições para todos os Valecambrenses.”-----

- Armando Pina do Grupo Municipal do Chega: “Nesta quadra tão especial, em que as famílias se reencontram, em que a esperança ganha um novo folgo, o Grupo Municipal do Chega deseja a todos os habitantes de Vale de Cambra um Santo e Feliz Natal. -----

O Natal, antes de mais, é um tempo de valor, de solidariedade, que nos lembra que ninguém deve ser deixado para trás, de verdade, que nos convoca a falar com clareza e agir com responsabilidade, de comunidade, que nos une enquanto Valecambrenses, independentemente das diferenças políticas ou pessoais. -----



A

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2025.12.22

É também um momento para agradecer, agradecer às famílias que com um esforço diário constroem o futuro do nosso concelho, agradecer às instituições, às associações, aos bombeiros, às forças de segurança, aos profissionais de saúde, e a todos os que trabalham para que Vale de Cambra seja um território mais seguro, mais justo, mais digno. -----

O Chega reafirma, em compromisso com Vale de Cambra, a transparência de rigor, de defesa do interesse público e da proximidade com todos os cidadãos. -----

Queremos um concelho onde cada pessoa se sinta respeitada, protegida e valorizada. -----

Que este Natal traga paz aos lares, força às famílias e confiança ao futuro. -----

Que o novo ano nos encontre unidos naquilo que verdadeiramente importa, o bem-estar dos Valecambrenses e o desenvolvimento do nosso concelho. -----

Em nome do Grupo Municipal do Chega, um Santo Natal e um Próspero Ano Novo. -----

-Carlos Nuno Pinho do Grupo Municipal do PSD: Em nome do Grupo Municipal do PSD da Assembleia Municipal, desejamos a todos os Valecambrenses e às suas famílias um Santo e Feliz Natal, com saúde, paz e esperança. -----

Que 2026, avizinhando-se como um ano com um conjunto de desafios, desejamos que seja um ano de confiança e estabilidade, com mais oportunidades, com coesão e desenvolvimento para Vale de Cambra. -----

Reafirmarmos nestes votos o nosso compromisso de continuar a trabalhar com responsabilidade, proximidade e sentido de missão, defendendo os interesses de Vale de Cambra e dos Valecambrenses, com exigência, transparência e espírito construtivo. -----

Boas festas a todos." -----

- Albino Almeida do Grupo Municipal do PS: “Como é a época natalícia, é normal dizer bom Natal, mas eu gostaria de desejar especialmente um bom Natal a todos os idosos de Vale de Cambra, que tenham um acolhimento das famílias o mais próximo possível e o calor fraternal, também desejar um bom Natal às crianças, que eu acho que elas merecem, e acho que ainda devem continuar a acreditar no Pai Natal; desejar um bom Natal às famílias, em geral, aos emigrantes que têm vindo cá, matar alguma saudade da nossa terra, desejar também um bom Natal aos imigrantes que escolheram a nossa terra para viver. -----

E, finalmente, desejar paz no mundo e muito amor e felicidade a todos.” -----

Em nome da Mesa, o 1.º Secretário, António Pina Marques: “Quero, em nome da mesa, desejar-vos boas Festas Natalícias, com ânimo, com esperança e, de modo particular, saudar todos aqueles que vivem maiores momentos de fragilidade na sua vida, pela idade, pela falta de saúde, por circunstâncias diversas e famílias que vivem com tantas dificuldades. Nós estamos perto com quem sofre, estamos perto com quem procura respostas e não encontra e, por isso, desejar-lhes um Santo Natal. -----

Que o Menino Jesus esteja em cada um para dar ânimo e força para superar as dificuldades, do exemplo daquele Menino que, sendo Deus, nasce numa gruta tão pobre, a nos dizer que é

2025.12.22

preciso também ter esperança, é preciso também lutar na vida e aqueles que somos eleitos pelo povo possamos também dar o melhor de nós próprios para suprir dificuldades, para resolver problemas, enfim, para darmos esperança, darmos ânimo àqueles que em nós confiam. -----

Também aqueles que vêm para Vale de Cambra trabalhar, para aqueles que vêm de outros países e nós temos instituições que acolhem e hoje estão a funcionar, porque têm pessoas que vêm de outros países, de outra forma, já não era possível estar a felicidade e, por isso, é neste momento de vida social de maior impacto e, se calhar, de maior beleza no ano que é o Natal, que apela à solidariedade de todos que devemos ter o coração mais aberto para socorrer, para apoiar, para animar e para nos ajudarmos uns aos outros a fazer o mundo melhor. -----

Um bem-haja e um Feliz Natal e um bom Ano Novo para todos.”

- **APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO:** Após votação separada, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade dos 28 membros presentes, aprovar em minuta todas as deliberações tomadas na sessão, aprovando de igual modo o respetivo texto de acordo com o documento em rascunho que lhes foi distribuído. -----

Nada mais havendo a tratar, A Sr.ª Presidente da Mesa, Adriana Helena Silva Rodrigues, com a presença no Salão Nobre de 28 Deputados Municipais, desejando a todos um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo, deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão quando era uma hora e dezassete minutos do dia 23 de dezembro de 2025, da qual, o Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrou a presente ata que vai ser assinada por si e pelos Secretários da Mesa. -----

A Presidente da Mesa,



O 1.º Secretário,



A 2.ª Secretária,

